
Ânima Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ânima Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ânima Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ânima Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

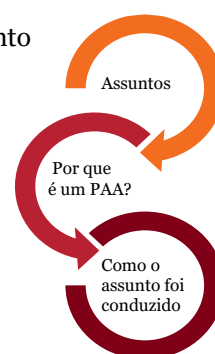
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ânima Holding S.A. e da Ânima Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receitas e perdas esperadas em créditos (notas explicativas 4.4, 4.16, 7 e 25)

As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas advêm substancialmente de mensalidades cobradas nos cursos de graduação e pós-graduação, em formato presencial e à distância. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e nos cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses.

Há, portanto, um grande volume de transações, em valores individualmente baixos, o que requer processos robustos de cadastro, faturamento e cobrança de títulos. Além disso, essa granularidade das transações também resulta em múltiplos perfis de crédito dos alunos, cujo status e riscos associados variam de acordo com a sua condição de estudante (ativo, inativo e graduado), a forma de pagamento (cartão de crédito, boleto ou cheques) e de adimplência (com mensalidades em dia ou renegociadas). Dessa forma, a Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar o valor de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações a ser reconhecida, a qual representa um percentual relevante do saldo de contas a receber em aberto.

Assim, consideramos o adequado reconhecimento de receitas e a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o grande volume de transações e a relevância dos saldos envolvidos, bem como o alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas compreenderam, entre outros:

- (i) o entendimento dos processos para a efetivação de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades;
- (ii) a obtenção da base de dados de mensalidades do período e, através de técnicas de auditoria auxiliadas por computador, a totalização das mesmas e o confronto com os registros contábeis;
- (iii) a realização de testes de exceção visando identificar duplicidades e a integridade do número de mensalidades reconhecidas;
- (iv) a realização de testes de liquidação de títulos para uma amostra direcionada, visando a cobertura de parcela significativa das transações de receitas realizadas no período. Somado a esse procedimento, a seleção de amostra adicional para a realização de testes de inspeção do contrato de prestação de serviço, comprovante de matrícula, documentação de identificação do aluno, registro acadêmico e comprovante de presença (inclusive aqueles matriculados por meio do FIES), além da inspeção da evidência de pagamento de determinadas mensalidades através dos créditos bancários.

Em relação à provisão para perdas esperadas em créditos, realizamos ainda o entendimento, com os responsáveis da administração, acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, os quais têm como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list), o status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo).

Realizamos testes amostrais para conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, testamos as premissas da administração quanto aos percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, com base nas condições de mercado atuais e levando em conta estimativas futuras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração para a apuração da receita no período correto e para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos, bem como as correspondentes divulgações, são consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida (notas explicativas 4.10 e 15)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 4.619.981 mil (consolidado), sendo R\$ 3.235.370 mil registrados como ágio e R\$ 1.384.611 mil referentes a licenças.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, determinamos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos trabalhos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos relacionados à avaliação da definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos, em base de testes, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxas de crescimento na perpetuidade, de receita e de gastos, taxa de desconto) mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 22) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração, razão pela qual consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para determinadas causas de natureza tributária mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas tributários. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.
Apuração de resultados atribuíveis aos acionistas de controlada em decorrência de acordo de acionistas (notas explicativas 2.4, 4.22 e 12) A partir de 2021, a Companhia implementou uma reestruturação societária com o objetivo de estratificar os resultados de suas verticais e segmentos de negócio que passaram a ser apresentados como Inspirali Educação Médica, Ânima Core e Lifelong Learning. Como parte dessa reorganização, a Companhia passou a deter participações direta e indireta (através da controlada Inspirali Educação S.A.) na controlada VC Network Educação S.A. a qual, por sua vez, detém participação nas empresas mantenedoras das instituições de ensino que, dentre outros, possui os cursos de medicina.	Efetuamos a leitura do acordo dos acionistas da Inspirali Educação S.A., do Estatuto Social da VC Network S.A. e do Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial (“Instrumento de Convênio”), celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Com base na leitura desses documentos, obtivemos o entendimento dos critérios de rateio a serem adotados na alocação do lucro líquido atribuível a cada classe de ações da VC Network S.A. Obtivemos o relatório analítico de receitas e confrontamos com o saldo de receitas líquidas nos registros contábeis. Sumarizamos os valores

Ânima Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Dessa forma, o capital social da VC Network Educação S.A. passou a se dividir em 45% de ações preferenciais de titularidade da Ânima Holding S.A. e 55% de ações ordinárias de titularidade da controlada Inspirali Educação S.A. O estatuto da VC Network Educação S.A. previu ainda que aos detentores das ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais) que não for oriundo dos cursos de medicina, ficando com os detentores das ações ordinárias a parcela remanescente do lucro líquido do respectivo exercício social (também após realizadas as reservas legais). Para viabilizar a apuração das parcelas do lucro líquido a serem atribuídas aos acionistas detentores das ações preferenciais e ordinárias, foram estabelecidos critérios de rateio de despesas e receitas, os quais foram fixados contratualmente via acordo firmado entre os acionistas da Inspirali Educação S.A. Adicionalmente, os critérios de rateio foram detalhados através de “Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial”, celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Adicionalmente, Ânima Holding S.A. e a Inspirali Educação S.A. assinaram um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de, eventualmente, o lucro líquido passível de distribuição aos detentores de ações ordinárias (relativa aos cursos de medicina) ser afetado pela operação referente aos demais cursos (ou vice-versa). O processo de apuração e rateios das receitas e despesas a serem alocadas à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações envolve o processamento de um alto volume de transações e requer um criterioso processo de análise e apuração por parte da administração. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.	atribuídos aos cursos de medicina e aos demais cursos e confrontamos com as alocações correspondentes. A partir desse mesmo relatório analítico, selecionamos uma amostra para inspeção da documentação comprobatória visando corroborar a adequada identificação do respectivo curso. Obtivemos os razões contábeis por centro de custo, nos quais se identificam as rubricas objeto de alocações diretas e aquelas passíveis de rateios e realizamos os seguintes procedimentos: - com relação aos custos e despesas objeto de alocações diretas, selecionados, a partir do sistema orçamentário da Companhia, uma amostra de transações específicas e verificamos a razoabilidade das mesmas em relação aos centros de custos onde foram alocadas; - para os custos e despesas apropriados a centros de custos objeto de rateios, obtivemos o entendimento e verificamos a exatidão matemática das alocações com base nos critérios previstos no Instrumento de Convênio. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as apurações de receitas e despesas atribuíveis à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações são consistentes com os critérios definidos no acordo firmado entre os acionistas da Inspirali Educação S.A. e no Instrumento de Convênio celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Consideramos ainda que as divulgações nas demonstrações financeiras também são coerentes com as evidências fornecidas pela administração.

Ânima Holding S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Ânima Holding S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive



Ânima Holding S.A.

as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 27 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

**Atenção! Esta folha não deverá ser destacada do trabalho!
Não a descarte! Ela é essencial para a continuidade do
trabalho toda vez que retornar ao DPT.**

**Controle do DPT-SP / Word
Dados do trabalho**

Cliente	- Ânima Holding S.A.
Código do projeto	-
Departamento	-
Nome do arquivo	-
Diretório	-
Encaminhar para	-

Controle de tarefas (gravação/correções/padrão/cheque/leitura)

Inclusão no Team Foundation	-
Marg, quebr e pag. Parecer	-
Cheque-padrão	-
1ª revisão	-
Cheque	-
2ª revisão	-
Cheque	-

OBSERVAÇÕES:

Aos acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhado das Demonstrações Financeiras deste exercício, em comparação com o exercício do ano de 2021.

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia entende que é útil para os usuários das demonstrações financeiras apresentar o resultado de suas operações considerando-se determinados ajustes e reclassificações de caráter gerencial. Visando a clareza e transparência para com o leitor do Relatório da Administração, apresentamos no Anexo I deste relatório a reconciliação dessas informações de caráter gerencial com aquelas constantes das demonstrações financeiras.

Sobre a Ânima

Com o propósito de transformar o Brasil por meio da educação, a Ânima é o maior e o mais inovador ecossistema de ensino de qualidade do país, que reúne um portfólio de marcas valiosas e atua como um dos principais protagonistas de educação continuada na área médica. Temos um posicionamento diferenciado quando comparado às outras empresas do setor, inclusive às companhias educacionais de capital aberto, que se traduz na capacidade de conciliar escala com a oferta de um ensino de alta qualidade.

Formada por uma comunidade de aprendizagem com mais de 400 mil pessoas, composta por 395 mil estudantes e cerca de 17 mil educadores, distribuídos em 18 instituições de ensino superior e em mais de 600 polos de apoio por todo o território nacional. Nossas instituições: UNA, Anhembi Morumbi, UniSociesc, UNIFACS, Milton Campos, São Judas, UNP, UNIBH, UniRitter, AGES, UniFG-BA, FADERGS, UNICURITIBA, FPB, Unisul, FASEH, UNIFG-PE e IBMR. Além de contar com a Inspirali que reúne todos os cursos de medicina do nosso Ecossistema.

Integradas ao Ecossistema Ânima estão as verticais especialistas em suas áreas, como HSM, HSM University, Ebradi (Escola Brasileira de Direito), Le Cordon Bleu (SP), SingularityU Brazil, BSP (Business School São Paulo), Cedepe, Gama Academy e Learning Village, primeiro hub de inovação e educação da América Latina, e o Instituto Ânima.

MISSÃO

Construir uma rede nacional de instituições de educação fundamentada e comprometida com a qualidade, inovação e avaliação do processo de aprendizagem e integrada à cultura regional.

VISÃO

Transformar o país pela educação, sendo referência em práticas inovadoras de aprendizagem e gestão, respeitando a pluralidade, a valorização das pessoas e o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

VALORES

Comprometimento, cooperação, reconhecimento, respeito, transparência e inovação.

PRINCÍPIOS

- TRANSFORMAÇÃO – transformar o país pela educação é o que nos move.
- O ALUNO – o aluno é o centro da escola e o professor é a sua grande inspiração.
- TECNOLOGIA – a tecnologia é um dos pilares do nosso projeto de transformação do país.
- CONFIANÇA – confiamos em nossas escolas e nossos filhos estudam nelas.
- INTERAÇÃO – em uma escola, até as paredes educam. A educação está em cada interação.
- LÍDERES – nossos líderes são empreendedores.
- FUTURO – o resultado não é um fim, mas o meio para se construir o futuro.
- A ÂNIMA – a Ânima é da Ânima.
- LIBERDADE E LEALDADE – entregamos o que prometemos com liberdade na discussão e lealdade na execução.

ECOSSISTEMA ÂNIMA: EDUCAÇÃO QUE HABILITA PARA O FUTURO!

Mensagem da Administração

Maio de 2023: a Ânima completa 20 anos. É com grande alegria e sensação de muito ter sido feito que chegamos ao marco destas duas décadas, mas com ainda maior curiosidade, foco e dedicação por tanto que precisamos fazer para contribuir de forma decisiva com a transformação da sociedade brasileira através da educação. Com quase 400 mil alunos, R\$3,6 bilhões de receita líquida e Ebitda de R\$1,1 bilhão (R\$730 milhões ex-IFRS), a Ânima termina 2022 com escala relevante e crescendo sempre com educação de qualidade. Acreditamos que a educação que transforma vidas, é aquela que traz mobilidade social, empregabilidade, ganho de renda. Sentimo-nos muito orgulhosos dos avanços nas vidas de nossos alunos e sabemos que há muito por ser feito neste 'jogo infinito'. E é com esse olhar para o futuro de curto/médio prazo, em 2023 e de mais longo prazo, para os próximos anos que abordamos este momento de divulgação dos resultados de 2022.

Foco em nossos principais stakeholders: o resultado anual é um momento de reflexão sobre como estamos desempenhando com os alunos – centro do nosso universo de educação – mas também com o nosso time de colaboradores e com os investidores que nos apoiam na execução de nossa jornada. Nosso olhar precisa ser atento para o time que entrega a qualidade acadêmica para que tenhamos perenidade de nosso impacto, perenidade esta que depende também da atenção ao mercado financeiro, credores e acionistas, que esperam resultados cada vez melhores de nossas operações. Sabemos que a melhora tem sido relevante em muitas frentes, mas também somos conscientes de que há desafios relevantes que precisam ser endereçados: na evolução de nossa lucratividade, dos retornos para os acionistas e da necessária desalavancagem.

No último trimestre, havíamos comentado sobre as tendências animadoras para 2023e o quanto visualizávamos aspectos construtivos no que se referia às perspectivas de volumes e ticket (apesar do cenário macro desafiador para o Ânima Core), a começar pela importante captação 'de verão', do início do ano. Embora não tenhamos concluído a captação (falaremos com detalhe no release do 1T23) seguimos construtivos – sem euforia e grande melhora (pelo 'vento contra' do ambiente macro) mas com resultados satisfatórios. Aqui cabe ressaltar que tais resultados satisfatórios não vêm tanto de melhora macro, mas da melhora 'micro': a gestão da porta pra dentro tem sido muito mais eficiente. Há um ano, durante o processo de captação, estávamos na primeira grande captação (de verão) após a integração de jun/21 ainda com ajustes culturais dos times, com grande desafio de integração de sistemas de informação, o que trouxe dificuldades na prestação de serviços de matrícula e na jornada dos alunos.

Inspirali Educação Médica e EAD continuam com sólido desempenho. A discussão dos desafios macro é particularmente relevante para nosso Ânima Core (presencial ex-medicina) com receita estável no 4T22. Conforme discutiremos adiante, por razões particulares de cada segmento, tanto a graduação da Inspirali quanto a graduação do EAD continuam com reduzida influência do ambiente macro, crescendo 8% e 28% ano a ano, respectivamente, no 4T22.



E para o restante do ano? Visão bastante construtiva, embora com prudente cautela. O Brasil vive um momento de relevantes incertezas no cenário macroeconômico e também no setor de educação – desde um potencial desenho de um novo FIES até o ambiente regulatório para as escolas médicas. Contudo, somos cautelosamente construtivos em função da qualidade técnica do novo time do MEC, que nos permite a expectativa de melhoras adiante.

Macro é 'fator exógeno', seguimos focados 'da porta para dentro'. Temos sido explícitos em dizer que (obviamente) não há nada em que possamos fazer quanto ao ambiente macro – e assim nossa responsabilidade (redobrada) é focar em gestão muito disciplinada para melhorar a lucratividade e geração de caixa. Comentamos que 2022 era um ano de trabalho com afinco em frentes 'menos glamourosas', sem as grandes transações de M&A – mas focando em melhorar a gestão. As três principais frentes de potencial melhora foram (e ainda são em 2023) alugueis, despesas gerais e administrativas e custos de financiamento.

Aumento 'benigno' da dívida líquida: para materializar tendência de melhora relevante de lucratividade em 2023e. É importante ressaltar que em todas as frentes acima, o 'custo' de implementação das melhoras representa um desembolso caixa no primeiro momento, para trazer a seguir uma melhora de lucratividade trimestre a trimestre. Essa melhora em geral leva em torno de um ano ou mais para compensar o aumento inicial da dívida líquida (pelo desembolso caixa inicial). Falaremos disso com mais detalhe adiante (ao falar de financiamentos e alavancagem): no aumento de dívida líquida tivemos em 2022 um aumento 'benigno' de R\$145 milhões por desembolsos como multas de encerramento antecipado de alugueis, custos de demissões e gestão de passivos (custos para emissão de novas debêntures com menor custo; multas de pré-pagamento das debêntures mais caras; etc). Esse aumento benigno da dívida líquida representa 0,2x Ebitda da nossa alavancagem atual de 4x Ebitda. Cabe notar que em 2023e devemos colher os frutos do que já plantamos em 2022 – e temos ainda muito a ser feito nessas três frentes, para que a tendência de melhora continue em 2024e, e adiante.

Foco total na desalavancagem orgânica ao longo de 2023 e 2024. Sabemos que no atual ambiente de juros elevados, a redução de alavancagem tem impacto positivo direto para nossos acionistas. Dessa forma, a prioridade mais alta, em nossa obrigação fiduciária com nossos acionistas é reduzir o endividamento. Após as medidas relevantes mencionadas acima, e com continuado esforço de ganho de margens, acreditamos que não apenas tornaremos visível a desalavancagem ao longo dos próximos trimestres, mas continuaremos trabalhando com afinco nessas frentes principais.

Como ficou a financiabilidade da empresa, além do custo do financiamento em si? Nunca duvidamos da capacidade da empresa de rolar e alongar suas dívidas – o principal desafio era o custo em si. No momento atual de severa restrição de crédito bancário e de mercado de capitais, especialmente os eventos corporativos recentes, cabe esclarecer como ficou nossa situação de reperfilamento de financiamentos com os dois eventos de gestão de passivos no ano passado. Em 31/mar/22 com a criação efetiva da Inspirali (e a entrada da DNA Capital como sócia aportando R\$1 bilhão em capital primário, por 25% da empresa) emitimos R\$2 bilhões de debêntures com prazo de 5 anos, alongando o perfil de forma relevante. Ainda assim, ao final de 2022, ainda tínhamos cerca de R\$800 milhões de vencimentos em 2023. Dessa forma, emitimos R\$ 800 milhões de debêntures (em 28/dez/22) com duas tranches: R\$600 milhões *bullet* de 5 anos e R\$200 milhões em 6 e 7 anos, o que uma vez mais alongou muito o *duration* do endividamento. Além disso, como amplamente discutido na época de cada evento, considerando-se a principal debênture a ser refinanciada em cada um: no primeiro tivemos uma redução de custo de 215 bps – de 475bps para 260bps de prêmio sobre a Selic. No segundo evento, 200bps: de 375bps para 175bps de prêmio sobre a Selic.

E esse esforço de gestão já tem se refletido em números concretos. Conforme detalharemos adiante, com a busca de maior eficiência em alugueis e despesas corporativas, nossa margem Ebitda LTM chegou a quase R\$1,1 bilhão e margem de 30,1%, ou 20,5% ex-IFRS. A margem ex-IFRS foi a maior em 4 anos e meio, desde o 2T18. Essa margem LTM foi 70bps acima do 3T22 e 430bps acima da margem Ebitda LTM do 4T21. Ainda há muito o que melhorar, mas temos orgulho dos resultados que começam a ser nitidamente visíveis.



Dessa forma, terminamos 2022 com um sentimento de redobrada sobriedade e confiança – pelo muito que ainda há por ser feito na busca de melhor lucratividade, geração de caixa e consequente desalavancagem – e de satisfação com os passos firmes dados na construção de uma Ânima cada vez mais forte, que chegará às primeiras duas décadas de vida vislumbrando uma grande jornada de transformação de vidas pela educação nas próximas décadas.

A ADMINISTRAÇÃO

Qualidade Acadêmica

Indicadores de qualidade

O INEP/MEC fornece parâmetros sobre a Qualidade Acadêmica no País por meio dos resultados publicados regularmente e que nos permitem avaliar nossas conquistas a partir das ações que promovemos todos os dias dentro das nossas unidades, de forma comparável às demais instituições de ensino superior brasileiras.

Em 2021, com a aquisição transformacional realizada, passamos a consolidar também 10 tradicionais instituições, que se uniram ao nosso Ecossistema para reforçar ainda mais nossa trajetória de transformação do País através da educação de qualidade. Os dados nessa nova fase da Ânima continuam ratificando a elevada qualidade acadêmica de nossas instituições.

As constatações obtidas por meio dos indicadores publicados são o resultado daquilo que temos defendido e estabelecido como premissa desde a nossa fundação: um projeto de educação sustentável no longo prazo depende de uma proposta de qualidade, que agregue valor efetivo na vida de quem sonha com essa realização e se torna, a partir da experiência de aprendizagem significativa, um agente transformador da sociedade.

Com a publicação do Enade em setembro de 2022, o Ecossistema Ânima se destaca, novamente, com os melhores resultados de qualidade do setor. O indicador refere-se ao triênio terminado em 2021, refletindo a inequívoca liderança em qualidade, tanto pelo menor percentual de IES com notas baixas (1 e 2) quanto pelo maior percentual de IES com notas elevadas (4 e 5), em comparação com as empresas listadas em bolsa.

Outro importante indicador de qualidade é o IDD, que é uma medida do 'avanço' dos alunos pela diferença das notas do Enade em si (na graduação) com suas notas anteriores à faculdade (Enem). A Ânima continua mantendo a liderança em relação às outras empresas listadas.

Desempenho Operacional

Ao final de 2022, a nossa base de alunos em todo Ecossistema Ânima foi de 394,7 mil alunos matriculados, crescimento de 0,8% em relação ao final de 2021. Já a base de alunos média de 2022 foi de 393,5 mil, crescimento de 35,7% em relação à média de 2021, principalmente pela consolidação de apenas 7 meses das unidades em integração no ano de 2021. O ticket líquido médio subiu acima da inflação do período tanto no Anima Core (+8,0%) quanto na Inspirali (+10,6%). Já no Ensino Digital, o ticket médio líquido teve redução de 8,5% por conta do ambiente competitivo mais intenso e diluição pela expansão. Como resultado, a receita líquida consolidada atingiu R\$3,6 bilhões.

Evasão

A melhora da evasão na graduação presencial consolidada (Ânima Core e Inspirali) no 4T22 (2,4pp vs 4T21) é resultado tanto de fatores externos, principalmente controle da pandemia e consequente volta completa ao campus, quanto do trabalho desenvolvido pelo nosso time de retenção. A longo de 2022, uma reestruturação interna dos processos e maior estabilização da integração de nossos sistemas, permitiram reverter o aumento da evasão que vinha ocorrendo nos primeiros 9 meses do ano, e finalizamos o 4T22 com uma queda significativa em relação ao 4T21.



O ano de 2022 representou um cenário pós-pandemia importante para o setor, o retorno ao *campus* teve um impacto positivo na permanência dos alunos. Detalhando essas melhorias internas, após a integração e estabilização dos ativos jun/21, tivemos uma revisão do processo de retenção de alunos. Nossa estratégia de retenção sofreu um processo de regionalização e maior personalização no fluxo de retenção, que resultou em um atendimento mais próximo de nossos alunos, melhorando nosso entendimento da base e possibilitando uma atuação mais precisa para evitar a evasão.

A evasão do presencial melhorou principalmente pelo Ânima Core. Claro que também sofre um efeito mix com aumento de participação da Inspirali, mas o impacto é muito menor do que na receita e nas margens, visto que o número de alunos de medicina em relação ao total é baixo. Nos blocos específicos analisaremos separadamente o Ânima Core e a Inspirali, que compõem o bloco da graduação presencial, além da análise específica do Ensino Digital, que tem uma dinâmica de evasão diferente do presencial.

Ânima Core

A base de alunos do Ensino Acadêmico no final de 2022 (243,3 mil alunos), caiu 8,4% em relação ao final de 2021, no entanto, a base de alunos média de 2022 (254,9 mil alunos) subiu 14,2% em relação à média de 2021, devido a consolidação de apenas 7 meses das unidades em integração no ano de 2021. Já o ticket médio líquido subiu 8,0%, acima da inflação do período e já está ponderado.

Levando em consideração o cenário macro desafiador, a necessidade de reposicionar o preço das unidades em integração para refletir adequadamente sua reputação e qualidade, os desafios de integração e o sempre sensível processo para transferir para um campus próximo e mais adequado os alunos dos imóveis que devolvemos, acreditamos que o resultado foi satisfatório e nos habilita para entrar melhores em 2023. Foram fundamentais a cultura da Anima de ter um olhar mais focado em receita do que apenas em volume, e o uso intenso de tecnologia para precificar esse aumento com granularidade de curso, marca e região para não perder competitividade. O maior leque de marcas foi um desafio integração, mas também nos deu mais opções de otimização do nosso portfólio.

Olhando a base de alunos das unidades integradas, vemos uma queda mais moderada de 4,3% em 2022 vs. 2021 e um aumento de ticket também mais moderado de 4,5% no mesmo período. Já as unidades em integração, onde realizamos um considerável reposicionamento de preço, tiveram queda de 10,7% no volume e aumento de 11,5% no ticket.

No Lifelong Learning do segmento Ânima Core, apesar da migração de alunos da pós-graduação presencial para a digital, o aumento de ticket resultado de um mix de cursos com mensalidade elevada, mais do que compensou a queda no volume – mas lembramos que a comparação 2022 vs. 2021 não é adequada pois as unidades em integração consolidaram somente 7 meses de 2021. No Lifelong Learning corporativo, a Receita Líquida de cresceu 17,7% em 2022 vs. 2021, explicada pelo retorno mais intenso das atividades presenciais da HSM.

Como resultado de todos os efeitos descritos anteriormente, em 2022 registramos uma receita líquida de R\$2,1 bilhões.

Ensino Digital

A expansão do nosso Ensino Digital, que desde a integração passou a ter uma base de alunos relevante em nosso Ecossistema, seguiu em crescimento ao longo de 2022. Ao final do ano, no 4T22 registramos uma base de 138,4 mil alunos, um crescimento de 21,3% vs. 4T21, ou crescimento de 42,1% considerando somente a graduação.

Na graduação do Ensino Digital, o ticket registrado em 2022 caiu -8,5% em relação a 2021. A diminuição do ticket é um resultado da maior competição no segmento e nossa estratégia de expansão. À medida que entramos em novas praças com menor força de marca, ajustamos os preços para manter a competitividade.



No Lifelong Learning do Ensino Digital enxergamos a continuada tendência de migração da base de alunos de pós-graduação presencial para os cursos no formato digital.

Desde o segundo trimestre, começamos a reportar o acompanhamento do fluxo de entradas, formaturas e a evasão, também no Ensino Digital. Ressaltamos a sazonalidade existente neste segmento referente aos processos de evasão, no qual se observa um menor impacto em trimestres pares em contrapartida de proporções bem mais relevantes nos trimestres ímpares, onde ocorrem os ciclos de rematrícula mais significativos. No 4T22 registramos evasão 3,1pp maior que no 4T21, em função principalmente do maior número de calouros, uma vez que a evasão é muito mais elevada no começo do curso.

Nós estamos concentrando nossos esforços, além da expansão do negócio, em reduzir a elevada evasão desse segmento, sempre com o foco em entregar a melhor qualidade possível que seja viável em um ticket menor. Tanto do ponto de vista do propósito maior da educação – trazer empregabilidade e ganho de renda para nossos alunos que se graduam, contribuindo para transformar vidas – quanto do ponto de vista da rentabilidade do negócio, a elevadíssima evasão do segmento de EAD no Brasil (e não somos exceção) é o grande desafio a ser endereçado, em especial no nivelamento do aluno já no início do curso e em seu engajamento ao longo dos semestres seguintes.

Inspirali

Na Inspirali, empresa que reúne os cursos de medicina, observamos crescimento de 9,2% da base de alunos do final de 2022 relação ao final de 2021, na graduação (Ensino Acadêmico). Olhando a base de alunos média de 2022, notamos um crescimento de 41,3% em relação à média de 2021, devido a consolidação de apenas 7 meses das unidades em integração no ano de 2021.

Em relação ao ticket, observamos um crescimento de 10,6% em 2022 vs. 2021. Adicionalmente, notamos crescimento acelerado do Lifelong Learning, principalmente pelo fato de ter sido consolidado apenas 1 mês da IBCMED no ano de 2021, mas também pelo aumento 16,1% do ticket.

Como resultado de todos os efeitos descritos anteriormente, em 2022 registramos uma receita líquida de quase R\$1,1 bilhão.

Financiamento Estudantil

Ao final de 2022 registramos 12,2% dos alunos do Ensino Acadêmico presencial utilizando algum tipo de financiamento, coerente com nossa estratégia de uma maioria consistente da nossa base de alunos sem qualquer tipo de financiamento, reafirmando a resiliência de nosso modelo de qualidade. O crescimento de 1,3pp vs. 2021.2 é reforçado principalmente pelo aumento no financiamento privado com 6,3% da base utilizando a modalidade (+2,7pp vs. 2021.2), sendo 2,7% na modalidade Gestão (risco de crédito nosso), resultado de nossa estratégia de parceria com o Pravalier, que funcionou como principal alternativa de acessibilidade em relação ao FIES, que por sua vez, apresentou uma redução de 1,4pp vs. 2021.2.

Na captação do segundo semestre de 2022 registramos 11,8% dos novos alunos do Ensino Acadêmico presencial usando algum tipo de financiamento, crescimento de 7,7pp em relação ao 2021.2, uma vez que no ano passado a pandemia dificultou a obtenção e renovação do financiamento de muitos alunos. A modalidade privada apresentou um crescimento de 8,1pp em relação ao ano anterior, principalmente pela estruturação do Pravalier nas unidades em integração, sendo uma oportunidade para expansão desta carteira de financiamento privado, oferecendo alternativas adicionais a mais candidatos e alunos dessas marcas. Em relação aos novos alunos que entraram em nossas instituições usando o FIES, tivemos uma queda de 0,4pp em relação a 2021.2.

Desempenho Financeiro pelas unidades de negócio

Seguindo a premissa de transparência e *accountability* de termos consistência entre a nossa comunicação com o mercado e a forma pela qual organizamos internamente a gestão da Companhia, e dadas as novas configurações de negócios estabilizadas após a aquisição das unidades em integração junho/21, iniciamos a partir 2T22 a reportar nossos resultados em três blocos que representam nossas principais unidades de negócio: Ânima Core, Ensino Digital e Inspirali.

Nesta visão, devemos destacar que as estratégias relacionadas ao Lifelong Learning, que são de suma importância para a visão de longo prazo da Companhia, já foram devidamente alocadas de acordo com a unidade de negócio melhor relacionada ao plano inicial, sendo aquelas ligadas à graduação excluindo a medicina, alocadas no Ânima Core, as relacionadas à pós-graduação *lato sensu* digital, alocadas no Ensino Digital, tal como as frentes objetivadas na construção da consolidação do Ecossistema voltado para a educação médica incluídas na Inspirali.

O desempenho financeiro consolidado será analisado mais detalhadamente em sua seção específica. Destacamos o crescimento de receita líquida de 34,4% em 2022 vs. 2021, que no ano foi de R\$3.563,2 milhões, principalmente pelo fato de as unidades em integração consolidarem o resultado de apenas 7 meses em 2021, mas também por um crescimento de 6,4% das unidades integradas, que tem bases comparáveis.

O Resultado Operacional Consolidado será detalhado na seção “Resultado e Margem Operacional Consolidados”. A margem operacional de 2022 apresentou uma leve queda de 0,5pp vs. 2021, e se deve a eventos atípicos, não-caixa (reversões de provisões, no primeiro trimestre de gestão das unidades em integração) que contribuíram positivamente para o resultado do 3T21 e não se repetiram no mesmo período de 2022. Desconsiderando esses efeitos no 3T21 que totalizaram R\$118,7 milhões, a margem operacional de 2021 teria sido de 37,2%, o que refletiria em uma expansão de 3,9pp para os 41,1% de 2022.

Ânima Core

A receita líquida em 2022 foi de R\$2.259,0 milhões e cresceu 22,4% em relação a 2021, principalmente pelas unidades em integração consolidarem o resultado de apenas 7 meses em 2021. Olhando somente as unidades integradas, notamos uma receita líquida subindo 0,8%, mostrando resiliência mesmo sendo nossa linha de negócios mais exposta ao macro desafiador, com expansão do ticket mais do que compensando uma queda do volume médio durante o ano.

A margem bruta registrada foi de 56,6% e expandiu 0,5pp em 2022 vs. 2021, com os custos da volta completa das aulas presenciais sendo mais do que compensados por ganhos de eficiência do nosso modelo acadêmico proprietário E2A. Refletindo a melhora no custo e adicionando otimizações de despesas, a margem operacional cresceu 2,1pp, mesmo no reportado. Se desconsiderarmos os efeitos localizados de R\$48,5 milhões no 3T21, a margem operacional de 2021 teria sido 31,4% no período, implicando em um ganho de 4,7pp para os 36,1% de 2022.

Acreditamos que o Ânima Core deve ser o segmento mais beneficiado por todas as iniciativas de aumento de lucratividade, como uma melhor racionalização dos espaços físicos e de despesas gerais e administrativas. Ainda mais importante, são iniciativas micro e que independem do cenário macro.

Ensino Digital

Primeiramente, é necessário dizer que houve mudança de contabilização do repasse de Polos de terceiros nas unidades em integração, onde em 2021 era contabilizado como custo e a partir de 2022 passou a ser contabilizado como redutor da receita líquida, assim como nas unidades integradas. Excluindo este efeito, a receita líquida do ano, de R\$219,4 milhões, cresceu 98,9% em 2022 vs. 2021, em comparação ao crescimento reportado de 73,0% no mesmo período, refletindo a consolidação de apenas 7 meses do resultado das unidades integradas em 2021 e forte expansão de volume já na gestão da Ânima.



O Lucro Bruto registrado, de R\$203,0 milhões, cresceu 70,2% em 2022 vs. 2021, mas a margem bruta recuou 1,5pp. O Resultado Operacional do ano, de R\$47,7 milhões, cresceu 44,7% no mesmo período, mas reportou queda na margem de -4,2pp. No entanto, se desconsiderarmos o efeito localizado de R\$4,8 milhões no 3T21, a margem operacional teria sido 22,2% em 2021, o que refletiria em margem operacional com queda bem menos intensa de 0,4pp para os atuais 21,8% de 2022. A queda é justificada porque no até maio de 2021, quando não tínhamos um Ensino Digital estruturado, basicamente só eram alocados os custos diretos no EAD das unidades integradas (basicamente Unisul), sem nenhuma alocação de despesa. Esse cenário só mudou após a entrada das unidades em integração junho/21.

Seguimos implementando nosso plano de crescimento do Ensino Digital, que atua como complemento ao nosso Core Business, atingindo um público diferente do nosso tradicional, com faixa etária mais elevada e menor poder aquisitivo, sendo relevante para expansão do nosso mercado endereçável e principalmente para nosso propósito de transformar o país pela educação.

Inspirali

O ano de 2022 foi fundamental na estruturação da governança e dos processos da Inspirali em linha com os pilares de sua estratégia dual: i) Consolidar o posicionamento da Inspirali como uma Oferta de Qualidade e ii) Criar uma Plataforma de Educação Continuada. A conclusão do acordo entre Ânima e DNA Capital em março de 2022, resultando no aporte de R\$1,0 bilhão na Inspirali, foi um importante acelerador no projeto Inspirali, sempre com o propósito de inspirar o amor pela vida. Qualidade de ensino por meio de seu currículo inovador e sua escala nacional em localizações privilegiadas com instituições e marcas tradicionais, potencializados pelo uso intensivo de tecnologia fazem da Inspirali um ecossistema de educação médica diferenciado em nosso país, com um modelo resiliente em diferentes cenários regulatórios que venham a se desdobrar.

A Inspirali reportou um crescimento de 59,7% em 2022 vs. 2021 na receita líquida, para R\$1,1 bilhão, com o crescimento orgânico oriundo da maturação das vagas e aumento de ticket sendo somado ao fato de apenas 7 meses do resultado das unidades em integração serem contabilizados em 2021.

O Lucro Bruto cresceu 56,8% em 2022 vs. 2021 e atingiu de R\$794,8 milhões, mas a margem bruta caiu 1,3pp por conta do retorno completo da presencialidade em nossos *campi*, incluindo mais aulas práticas em hospitais e postos de saúde de parceiros conveniados.

O Resultado Operacional cresceu 36,2% em 2022 vs. 2021 e registrou R\$603,5 milhões, mas a margem operacional reportada caiu 9,6pp, devido aos efeitos localizados de R\$65,4 milhões no 3T21, principalmente relacionados ao efeito apenas contábil da reversão de earn-out. Excluindo esse efeito, a margem operacional teria sido 55,6% em 2021, o que refletiria em uma estabilidade na margem de 2022. Esse resultado dá continuidade ao elevado patamar de desempenho dessa unidade, que contribui também com as margens consolidadas.

Desempenho Financeiro Consolidado

LUCRO E MARGEM BRUTA

O Lucro Bruto cresceu 37,0% em 2022 vs. 2021, para R\$2,3 bilhões, em parte pelo fato de as unidades em integração consolidarem somente 7 meses no ano de 2021, mas também pelo avanço de 1,2pp de margem bruta, oriundos dos ganhos de eficiência do modelo acadêmico proprietário E2A e serviços de terceiros. Esse avanço poderia ser ainda maior, se desconsiderarmos as reversões contábeis de R\$14,0 milhões no 3T21 e os R\$21,5 milhões da mudança de alocação serviços de cobrança e recuperação de crédito, que levaria a margem bruta de 2021 para 61,3%, resultando em um avanço de 2,6pp para os atuais 63,9% de 2022.

O retorno completo da presencialidade em nossos *campi* impactou os custos de Aluguel e Ocupação, que devido ao IFRS16, tem valores mais relevantes de ocupação como condomínio, IPTU e contas de consumo. Além disso, houve reclassificação de custos que estavam alocados na despesa até o 3T22 e foram ajustados no 4T22.

A alínea “Outras” também reflete os efeitos do retorno completo ao campus, já que inclui custos das aulas práticas com convênios e parcerias (que impacta principalmente os cursos de medicina), materiais de consumo, bolsas de pesquisa, deslocamentos e manutenções.

RESULTADO E MARGEM OPERACIONAL CONSOLIDADOS

O Resultado Operacional cresceu 32,8% em 2022 vs. 2021 e atingiu quase R\$1,5 bilhão, principalmente pela consolidação do resultado de apenas 7 meses das unidades em integração no ano de 2021. A margem operacional caiu 0,5pp no mesmo período, por conta de efeitos localizados que contribuíram positivamente para o resultado do 3T21 em R\$118,7 milhões. Desconsiderando esses efeitos, a margem operacional de 2021 teria sido 37,2%, o que refletiria em uma expansão de margem operacional de 3,9pp para os atuais 41,1% de 2022.

SINERGIAS

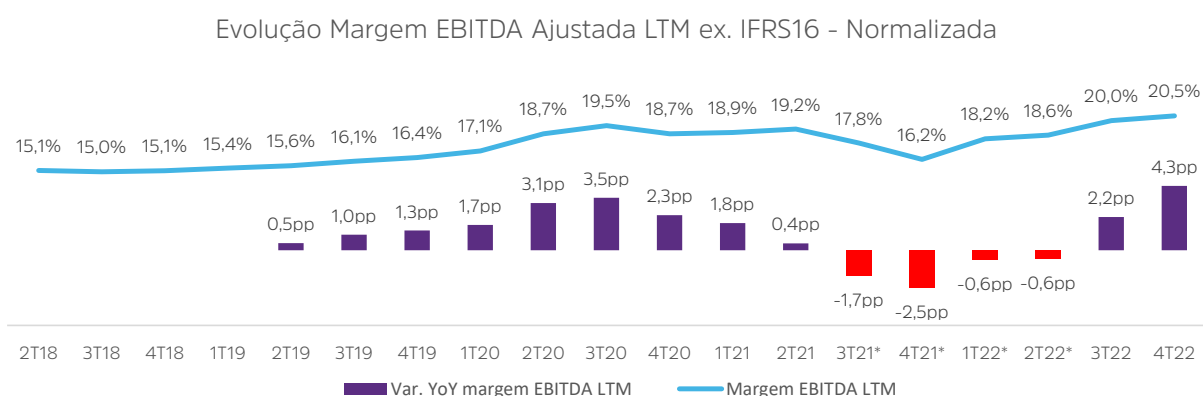
O Escritório de Transformação e Integrações (ETI), área formada após a aquisição das unidades em integração de junho/21, além de ter planejado a integração, monitora continuamente o processo de integração para garantir as capturas de sinergias anunciadas, que correspondem a um incremento de EBITDA de R\$350 milhões deflacionados até o quinto ano de integração.

Após dezenove meses de integração findados em dezembro de 2022, identificamos a captura de sinergias no montante acumulado de R\$268,4 milhões, sendo o valor recorrente incremental desse montante já capturado de R\$305,6 milhões. A atualização desse valor recorrente incremental se deve principalmente a execução no 4T22 de iniciativas de otimização de despesas gerais e administrativas.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO CONSOLIDADOS

O EBITDA Ajustado cresceu 33,7% em 2022 vs. 2021 (lembrando que em 2021 tivemos apenas 7 meses das unidades em integração) e alcançou quase R\$1,1 bilhão. A redução de 0,2pp na margem EBITDA reportada na comparação anual se deve aos mesmos efeitos localizados que impactaram positivamente o 3T21. Desconsiderando esses efeitos, a Margem EBITDA ajustada normalizada teria sido 25,8% em 2021, o que refletiria em uma expansão de margem EBITDA de 4,3pp para os atuais 30,1% em 2022.

E consideramos relevante também analisar o EBITDA ‘à moda antiga’, ex-IFRS, ou seja, considerando-se os pagamentos de aluguéis, ou seja, uma proxy de ‘EBITDA caixa’ – em que a margem LTM atingiu 20,5% no 4T22, o maior valor da série histórica desde o 2T18.



* normalização: excluindo-se as reversões de provisões não-caixa do 3T21, no valor de R\$118,7 milhões.

Analisando esse histórico, notamos uma primeira onda de eficiência entre o 2T19 e o 2T21, refletindo os ganhos da implementação do nosso modelo acadêmico E2A. No momento da consolidação da aquisição transformacional dos ativos em integração, vemos uma queda da margem ex-IFRS por conta dos maiores gastos principalmente de aluguel e despesas corporativas das unidades em integração. Com a evolução da integração



e a captura das sinergias, revertermos essa queda que se deu exclusivamente por mix e já estamos com a margem acima do período anterior a aquisição.

O que nos dá confiança na continuação dessa tendência de ganhos de lucratividade, são todas as iniciativas que fizemos durante 2022, com desembolso de R\$144,5 milhões. Deste valor, temos R\$64,4 milhões que ajudam a aumentar o EBITDA e reduzir a dívida líquida, especialmente em otimizações de espaços físicos e despesas corporativas. Adicionalmente, temos iniciativas de gestão de passivos no valor de R\$80,1 milhões das reduções de custo de dívida da debênture da Inspirali e o CRI da Ânima, que não impactam o EBITDA (despesas financeiras naturalmente estão entre o EBITDA e o lucro), mas ajudam a reduzir a dívida líquida ao longo do tempo, pelo menor pagamento de juros.

Conforme dissemos anteriormente, o impacto de aumento da dívida líquida com os desembolsos de multas de contratos de aluguel, verbas rescisórias e gestão de passivo, é relevante comparado com nosso EBITDA ex-IFRS de R\$ 730 milhões, representando 0,2x EBITDA no cálculo da alavancagem de 4,0x dívida líquida/EBITDA.

Contudo, cabe notar que consideramos esse aumento adicional de dívida como um aumento 'benigno' do endividamento, 'contratando' uma tendência de redução da alavancagem em 2023. E lembramos que a gestão de passivos colabora para uma dívida líquida gradualmente menor; mas a redução de desembolsos de aluguel e de despesas corporativas (rescisões) impactam tanto o numerador (dívida líquida) quanto o denominador (EBITDA ex-IFRS) da alavancagem, acelerando a melhora ao longo dos próximos trimestres.

RESULTADO FINANCEIRO

O aperto monetário que aconteceu no país de 2021 para 2022, com a taxa de juros saindo de 2,0% para 13,75% em velocidade elevada (SELIC média indo de 4,8% para 12,6%), pressionou as despesas financeiras em um momento que tínhamos acabado de realizar a aquisição mais transformacional da nossa história. Nesse contexto desafiador, realizamos 3 movimentos fundamentais para nossa estrutura de capital em 2022 que amenizaram o impacto da SELIC e entregam mais robustez no caixa e custo de dívida menor para o ano de 2023:

- 1) Conclusão do acordo entre Inspirali e DNA Capital, resultando no aporte de R\$1,0 bilhão no caixa consolidado da Companhia no final de março de 2022;
- 2) Pré-pagamento de quase a totalidade da 2ª série da 3ª emissão de debêntures no valor de aproximadamente R\$2,0 bilhões com custo de CDI+4,75% e emissão via Inspirali de uma nova debênture de R\$2,0 bilhões e custo reduzido para CDI+2,60%;
- 3) Emissão de um CRI no montante de R\$800 milhões (valor líquido de taxas de R\$771,5 milhões), com custo médio ponderado entre as duas séries de CDI+1,75%. Importante enfatizar que o valor já está no caixa desde 28/dez/2022 e as dívidas de curto prazo a serem pagas tem spreads consideravelmente maiores que essa emissão.

Analisando o 4T22 vs. 4T21 especificamente, notamos um aumento relativamente modesto – visto o cenário – do resultado financeiro de 16,9 milhões ou 10,6%, com o aumento do pagamento de juros sendo amenizado por menor spread da dívida e maiores receitas financeiras desde o acordo da Inspirali com DNA.

Outros fatores que impactaram a receita financeira: i) menores juros de mensalidades, que corrobora com nosso PDD menor; ii) redução dos descontos obtidos, com superação do momento mais agudo da pandemia; e iii) Analisando a linha “Outras”, notamos um valor mais representativo devido principalmente aos juros que recebemos de mútuos ativos que temos com empresas ligadas.

Outros fatores que impactaram a despesa financeira: i) Maiores juros com Pravalier visto maior número de estudantes que aderiram o financiamento privado pela ofertada estrutura dessa modalidade para as unidades em integração; ii) Menores juros com títulos a pagar e iii) Analisando a linha “Outras”, notamos um valor mais representativo devido principalmente a variação monetária passiva sobre débitos tributários e aos juros que pagamos de mútuos passivos que temos com empresas ligadas.

LUCRO E MARGEM LÍQUIDOS

Concluimos 2022 com Lucro Líquido Ajustado de R\$250,6 milhões vs. R\$111,8 milhões em 2021, impulsionado pelo uso de créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos oriundos da aquisição transformacional que fizemos, no valor de R\$433,8 milhões. Excluindo esse efeito, haveria um prejuízo líquido ajustado de -R\$183,2 milhões em 2022 e um lucro líquido ajustado de R\$52,4 milhões em 2021. Esse resultado é reflexo de maiores despesas financeiras, detalhada em sua seção específica, e maiores depreciações e amortizações (que não tem efeito caixa) pós aquisição transformacional que fizemos.

Outro impacto relevante são os desembolsos de R\$83,7 milhões de não recorrentes em 2022 que visam aumentar a lucratividade futura principalmente nas frentes de aluguel e pessoal. Essas iniciativas diminuem o lucro agora, mas contratam uma tendência de melhora recorrente a partir de 2023. Importante notar que já ajustamos também pela amortização dos ativos intangíveis das aquisições (que não possuem efeito caixa) e os impactos pontuais da pré-liquidação da 2ª série da 3ª emissão de debênture da Ânima realizada no final do 1T22. Outro movimento relevante na gestão de passivos que visa a redução do custo e alongamento da dívida, foi o CRI emitido no final de 2022, que teve um desembolso inicial de R\$28,5 milhões somando de todos os custos de emissão, mas que contrata uma economia relevante no pagamento de juros a partir de 2023.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Finalizamos o ano com o montante de disponibilidades de caixa e aplicações financeiras de R\$1.476,6 milhões, aumento de R\$ 372,0 milhões em relação ao 3T22, conforme movimentação abaixo:

- i) O caixa parte de R\$1.104,6 milhões no início do 4T22;
- ii) Geração de caixa livre de R\$24,2 milhões, mais -R\$88,0 milhões de pagamento de aluguel;
- iii) Pagamentos de -R\$309,3 milhões de dívidas e obrigações entre juros e amortizações;
- iv) Atividades de investimento no valor de -R\$26,4 milhões;
- v) No entanto, é reforçado no final do ano por R\$771,5 milhões (líquido de todos os custos de emissão) do CRI que fizemos para reduzir o spread da dívida e alongar a mesma.

Empréstimos e financiamentos somaram R\$4.131,2 milhões no 4T22, aumento de R\$639,6 milhões vs. 3T22. Houve redução de -R\$7,7 milhões nas outras obrigações, ajustadas da opção de compra da participação restante da IBCMED (R\$88,7 milhões) e o cumprimento do PROIES na Unisul (R\$80,5 milhões), ambos sem efeito caixa.

Esses movimentos resultaram em um aumento de R\$259,9 milhões na dívida líquida ajustada ex-IFRS no trimestre. O aumento do Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, indo de 3,8x no 3T22 para 4,0x no 4T22, é explicado em parte pelos desembolsos das iniciativas de melhor aproveitamento dos espaços físicos, otimização de pessoal e gestão de passivos, sendo amenizado pelo aumento de R\$25,6 milhões do EBITDA ajustado ex-IFRS dos últimos 12 meses. Com os benefícios dessas iniciativas já feitas, temos confiança na melhoria da geração de caixa operacional e redução dos patamares de alavancagem a partir de 2023. Além disso, não podemos desprezar a sazonalidade do nosso negócio, que é negativa no 4T, principalmente pelas férias coletivas docentes, onde tem antecipação do salário de janeiro em dezembro. No 1T, ao contrário, a sazonalidade é positiva, contribuindo tanto para o EBITDA quanto para o caixa.

É importante destacar mais uma vez a robustez da geração de caixa operacional da Ânima, que aliada a forte liquidez e capacidade de pagar e/ou rolar suas dívidas, deixa a Companhia em posição relativamente confortável neste momento de juros altos e crédito restrito. Isso ficou evidenciado uma vez mais com a emissão do CRI no final de 2022, com a captação de R\$800 milhões (R\$771,5 milhões líquido) que vieram reforçar o caixa da Companhia, ao mesmo tempo que alonga a dívida e reduz o seu spread.

Analisamos o nosso endividamento desde a aquisição transformacional que fizemos no 2T21 e normalizando os números reportados no 3T21, devido aos fatores atípicos (reversões de provisões, não-caixa), conforme explicado no Release de Resultados do 3T22. Além disso, desde o 3T21, transferimos os descontos financeiros aos alunos da despesa financeira para redutor da receita líquida, reduzindo o EBITDA (até o 3T21 a alavancagem era



calculada com o EBITDA maior, sem a redução dos descontos financeiros aos alunos. Equalizando o critério de EBITDA durante todo o período e normalizando os resultados de margem EBITDA LTM, sem tais fatores atípicos no 3T21 (que impactam o LTM até o 2T22), observamos

uma desalavacagem relevante no 1T22, com o acordo entre DNA e Inspirali que resultou no aporte de R\$1,0 bilhão no caixa consolidado. Durante o restante do ano de 2022, vemos uma alavancagem praticamente estável, em função do aperto monetário que aconteceu no país de 2021 para 2022, com a taxa de juros saindo de 2,0% para 13,75% em velocidade elevada (SELIC média indo de 4,8% para 12,6%). Isso foi resultado da melhora de lucratividade e geração de caixa no período, mesmo considerando o impacto de curto prazo do desembolso de multas, verbas rescisórias e taxas pagamento antecipado e de estruturação de novas debentures.

CONTAS A RECEBER E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO (PMR)

Estamos introduzindo a partir do 4T22, a quebra do Contas a Receber Líquido entre o bloco “Core”, com as operações do Ânima Core e o Ensino Digital, e a Inspirali, que representa somente as operações ligadas aos cursos de medicina. O contas a receber líquido encerrou o 4T22 em R\$849,1 milhões (90,4% do montante do Core e 9,6% da Inspirali), com os valores a vencer de mensalidades representando 64,0% do total (68,9% Core e 17,8% Inspirali), enquanto os valores vencidos até 180 dias ficaram em 24,6% (20,9% Core e 59,7% Inspirali).

O aumento de R\$189,1 milhões do 4T22 vs. 4T21, se dá principalmente por conta de prazos mais alongados no FIES, continuidade da introdução estruturada do financiamento privado nas unidades em integração e a redução no PDD, uma vez que durante todo 2021, as maiores provisões reduziam o contas a receber líquido e como consequência reduziam o PMR. A concentração nos valores a vencer de mensalidades no 4T22 ficou em 64,0% vs. 61,9% no 4T21, enquanto os valores vencidos até 180 dias ficaram em 24,6% vs. 27,2% no 4T21.

O PMR (prazo médio de recebimento) total do 4T22 teve aumento de 15 dias em relação ao mesmo período do ano anterior, relacionado principalmente pelo maior número de alunos usando financiamento privado (refletido do segmento Não FIES), menor PDD e prazos mais esticados do FIES.

FLUXO DE CAIXA

A Geração de Caixa Operacional de 2022 superou R\$1,0 bilhão, aumento de R\$373,2 milhões em relação à 2021, em função da consolidação de apenas 7 meses das unidades em integração em 2021 e do aumento de conversão do EBITDA Ajustado em caixa para 100,2% (ou 98,8% no ex-IFRS), quase 13pp superior a conversão de 87,5% (ou 81,7% ex-IFRS) de 2021, uma vez que em 2021, principalmente no 3T21, houve diversos efeitos positivos não caixa de reversões de provisões que melhoram o EBITDA reportado.

A Geração de Caixa Livre totalizou R\$604,7 milhões em 2022 (conversão de EBITDA ajustado em caixa de 56,4% ou 34,3% ex-IFRS), uma redução de R\$33,6 milhões em relação a 2021 em função dos desinvestimentos de imóveis realizados em 2021. Excluindo esse efeito, verificamos um aumento de R\$137,8 milhões, com a questão de apenas 7 meses de consolidação das unidades em integração em 2021 sendo parcialmente compensada por maiores necessidades de capital de giro. O capital de giro, por sua vez, foi bastante impactado por diversas despesas não recorrentes, principalmente relacionadas as iniciativas de otimização de espaços físicos e pessoal, que em um primeiro tem desembolso de caixa por multas de rescisão de contratos de aluguel e verbas rescisórias, mas que proporcionam uma economia recorrente que deve ser observada a partir de 2023.

Estamos confiantes que todas as iniciativas feitas em 2022 permitirão uma tendência de desalavacagem orgânica visível já em 2023, potencializadas pelos benefícios de maior integração de cultura, processos e sistemas dentro do Ecossistema Ânima. O fluxo de caixa saudável da Companhia, fortalecido pela captação de R\$800 milhões do CRI do final de 2022, nos dá tranquilidade para honrar todos os nossos compromissos durante os próximos anos



INVESTIMENTOS (CAPEX)

Finalizamos 2022 com investimentos consolidados de R\$210,9 milhões, equivalente a 5,9% da receita líquida, o que representa uma redução de 1,3pp em relação à 2021, evidenciando o potencial de diluição da nova escala da Companhia.

O crescimento pode ser observado principalmente por maiores investimentos em tecnologia e pelo CAPEX necessário para o movimento de devolução de alguns prédios que já estão programados para o começo de 2023, visto que é preciso readequar os campi que continuarão para acomodar os alunos que serão transferidos. Esses investimentos se dão em um contexto de maior hibridez e o campus muito mais como um espaço de convivência e uso de laboratórios do que salas de aula tradicionais em si, e são habilitados por nosso modelo acadêmico E2A que permite melhor ensalamento e uso variável de presencialidade e tecnologia síncrona.

Os investimentos em Transformação Digital continuam ganhando representatividade. Reiteramos nosso foco em investir na experiência acadêmica de qualidade e na Transformação Digital como alicerces do crescimento sustentável de longo prazo, sendo fundamentais para garantir a integração das aquisições recentes, habilitando novas fontes de eficiência e inovação, resultando em manutenção ou incremento do diferencial competitiva da Companhia.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social diminuído da reserva legal. Em 2022 o Resultado Líquido Contábil da Controladora totalizou um prejuízo de R\$102 milhões, pelo que não serão distribuídos dividendos nesse exercício.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2018: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade). Os honorários relativos a esses trabalhos em 2022 foram de R\$ 4.402.553,00 (líquido de impostos) e que representa os honorários de serviços de auditoria externa.

A Companhia adota determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, conforme a sua Política de Contratação de Auditoria Independente e Serviços Extra Auditoria, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Nos termos da Instrução CVM nº 308/99, é obrigatória a substituição dos auditores independentes, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem retornar ser recontratados por um período mínimo de três anos.

Declaração da Diretoria Executiva

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e os Diretores da companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

Reconciliação DRE 2022

Consolidado Ânima Valores em R\$ (milhões)	2022					
	DRE Gerencial	Deprec. & Amort.	Corporativa	Multa & Juros Mens.	Itens Não Recor.	DRE Societária
Receita Bruta	7.078,6				0,0	7.078,6
Descontos, Deduções & Bolsas	(3.367,4)				0,0	(3.367,4)
Impostos & Taxas	(147,9)				0,0	(147,9)
Receita Líquida	3.563,2	0,0	0,0	0,0	0,0	3.563,2
Total de Custos	(1.287,9)	(204,3)	0,0	0,0	(16,6)	(1.508,8)
Pessoal	(907,4)				(16,6)	(924,0)
Serviços de Terceiros	(119,2)				0,0	(119,2)
Aluguel & Ocupação	(88,7)	(204,3)			(0,0)	(293,1)
Outras	(172,5)				(0,0)	(172,5)
Lucro Bruto (excl Depreciação e Amortização)	2.275,3	(204,3)	0,0	0,0	(16,6)	2.054,4
Despesas Comerciais	(409,5)	0,0	(18,1)	0,0	0,0	(427,6)
PDD	(194,5)		(0,0)		0,0	(194,5)
Marketing	(215,0)		(18,1)		0,0	(233,1)
Despesas Gerais & Administrativas	(443,0)	(374,0)	(322,4)	0,0	(63,1)	(1.202,5)
Pessoal	(300,6)		(192,3)		(34,6)	(527,5)
Serviços de Terceiros	(106,6)		(127,7)		(1,9)	(236,2)
Aluguel & Ocupação	5,3	(374,0)	(6,5)		(8,1)	(383,3)
Outras	(41,1)		4,2		(18,5)	(55,5)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24,6	0,0	(52,4)	0,0	(4,0)	(31,8)
Provisões	3,4		(8,2)		0,0	(4,9)
Impostos & Taxas	(4,6)		(12,5)		0,0	(17,1)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25,8		(31,7)		(4,0)	(9,9)
Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	18,5		0,0	(18,5)	0,0	0,0
Resultado Operacional	1.465,9	(578,3)	(392,9)	(18,5)	(83,7)	392,4
Despesas Corporativas	(392,9)		392,9			0,0
EBITDA Ajustado	1.073,0	(578,3)	0,0	(18,5)	(83,7)	392,4
(-) Resultado Multa, Juros s/ Mensalidade	(18,5)		0,0	18,5	0,0	0,0
(-) Itens Não-Recorrentes - EBITDA	(83,7)				83,7	0,0
EBITDA	970,8	(578,3)	0,0	0,0	0,0	392,4
Depreciação & Amortização	(578,3)	578,3			0,0	0,0
Equivalência Patrimonial	(14,3)				0,0	(14,3)
EBIT	378,1	0,0	0,0	0,0	0,0	378,1
Resultado Financeiro Líquido	(794,1)				0,0	(794,1)
EBT	(416,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	(416,0)
IR & CSLL	427,4				0,0	427,4
Lucro Líquido	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	11,5
Participação dos acionistas não controladores	(113,7)				0,0	(113,7)
Lucro Líquido	(102,3)	0,0	0,0	0,0	0,0	(102,3)

Ânima Holding S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente.

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS					
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	201.240	121	422.431	169.248
Aplicações financeiras	6	214.517	140.214	988.199	346.053
Contas a receber	7	-	-	791.593	603.855
Adiantamentos diversos	8	4.308	5.656	55.260	44.202
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.035	5.621	77.156	88.617
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	3.067	1.395
Conta a receber com partes relacionadas	29	179.243	137.164	335	12.000
Dividendos a receber	29	103.937	35.988	-	-
Outros ativos circulantes		19.140	8.477	41.548	46.559
Total dos ativos circulantes		725.420	333.241	2.379.589	1.311.929
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	66.000	-	66.000	-
Contas a receber	7	-	-	57.486	56.092
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.695	2.744	27.328	17.509
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	1.462	-	1.462
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	248.616	229.925
Depósitos judiciais	22	93	74	143.801	141.873
Créditos com partes relacionadas	29	85.806	180.255	36.189	12.460
Outros ativos não circulantes		-	2.194	5.779	50.820
Investimentos	12	4.001.846	5.147.496	42.545	42.316
Imobilizado	13	5.952	6.825	618.658	661.593
Direito de uso de arrendamentos	14	-	-	1.310.352	1.382.681
Intangível	15	148.279	102.189	5.795.654	5.974.018
Total dos ativos não circulantes		4.316.671	5.443.239	8.352.408	8.570.749
TOTAL DOS ATIVOS		5.042.091	5.776.480	10.731.997	9.882.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		20.017	15.546	209.813	185.508
Contas a pagar com partes relacionadas	29	60.144	8.420	167	699
Arrendamentos a pagar	14	-	-	172.747	167.448
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	727.195	213.755	885.446	360.449
Obrigações sociais e salariais	17	22.792	35.709	168.336	209.086
Obrigações tributárias	18	5.654	4.136	53.619	56.952
Adiantamentos de Clientes	19	656	-	108.992	80.704
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.700	13.185
Títulos e obrigações em aquisições	21	2.189	7.428	120.925	115.408
Derivativos	30	2.623	1.098	2.623	1.098
Dividendos a pagar		-	12	30.208	12
Outros passivos circulantes		3.769	406	54.865	44.569
Total dos passivos circulantes		845.039	286.510	1.821.441	1.235.118
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.333.951	1.389.430
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.119.559	2.921.337	3.224.715	3.140.599
Adiantamentos de Clientes	19	-	-	12.968	15.809
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	54.056	62.035
Títulos e obrigações em aquisições	21	9.625	8.190	233.920	199.332
Débitos com partes relacionadas	29	271.793	171.393	148	85
Derivativos	30	18.366	7.689	18.366	7.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	74.440	610.761
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	238	144	722.002	780.203
Outros passivos não circulantes		14.124	105	34.522	29.256
Total dos passivos não circulantes		1.433.705	3.108.858	5.709.088	6.235.199
TOTAL DOS PASSIVOS		2.278.744	3.395.368	7.530.529	7.470.317
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.451.660	2.451.667	2.451.660	2.451.667
Reserva de capital	23	39.079	33.421	39.079	33.421
Ajuste de avaliação patrimonial	23	(136.107)	(69.566)	(136.107)	(69.566)
Ações em tesouraria	23	(184.271)	(71.152)	(184.271)	(71.152)
Reservas de lucros	23	592.986	36.742	592.986	36.742
Total do patrimônio líquido		2.763.347	2.381.112	2.763.347	2.381.112
Participação de acionistas não controladores	24	-	-	438.121	31.249
		2.763.347	2.381.112	3.201.468	2.412.361
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.042.091	5.776.480	10.731.997	9.882.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	25	7.869	3.062	3.563.231	2.650.805
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	26	(65.596)	(89.108)	(1.508.841)	(1.249.944)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(57.727)	(86.046)	2.054.390	1.400.861
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	26	(19)	(3.605)	(233.121)	(167.485)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(194.496)	(141.849)
Gerais e administrativas	26	(1.531)	(567)	(1.202.514)	(864.273)
Resultado de equivalência patrimonial	12	292.738	181.425	(14.342)	(545)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	29.053	16.903	(31.816)	54.435
		320.241	194.156	(1.676.289)	(1.119.717)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		262.514	108.110	378.101	281.144
Receitas financeiras		14.973	24.719	164.965	76.051
Despesas financeiras		(378.275)	(220.455)	(959.017)	(489.655)
Resultado financeiro, líquido	28	(363.302)	(195.736)	(794.052)	(413.604)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS		(100.788)	(87.626)	(415.951)	(132.460)
IRPJ e CSLL corrente	10	-	-	(6.385)	(8.259)
IRPJ e CSLL diferido	10	(1.462)	(39)	433.790	59.391
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(102.250)	(87.665)	11.454	(81.328)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		(102.250)	(87.665)	(102.250)	(87.665)
Participação de não controladores	24	-	-	113.704	6.337
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	23	(0,27)	(0,24)		
LUCRO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	23	(0,27)	(0,24)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(102.250)	(87.665)	11.454	(81.328)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(102.250)	(87.665)	11.454	(81.328)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(102.250)	(87.665)	(102.250)	(87.665)
Participação de não controladores	-	-	113.704	6.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

ÂNIMA HOLDING S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social		Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Gastos com emissão de ações				Reserva legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.569.625	(115.978)	35.236	(69.566)	(38.206)	18.791	105.616	-	2.505.518	20.958	2.526.476
Gastos com emissão de ações	-	(1.980)	-	-	-	-	-	-	(1.980)	-	(1.980)
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.954	3.954
Remuneração baseada em ações	-	-	8.008	-	-	-	-	-	8.008	-	8.008
Opção de ações	-	-	(7.097)	-	7.097	-	-	-	-	-	-
IR sobre remuneração com ações	-	-	(2.726)	-	-	-	-	-	(2.726)	-	(2.726)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(40.043)	-	-	-	(40.043)	-	(40.043)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(87.665)	87.665	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(87.665)	(87.665)	6.337	(81.328)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	2.569.625	(117.958)	33.421	(69.566)	(71.152)	18.791	17.951	-	2.381.112	31.249	2.412.361
Gastos com emissão de ações	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Ganho na mudança de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	658.482	658.482	341.518	1.000.000
Aquisição de investimento (combinação de negócios IBCMED)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.699	4.699
Remuneração baseada em ações	-	-	13.568	-	-	-	-	-	13.568	824	14.392
Realização da remuneração baseada em ações	-	-	(7.479)	-	7.479	-	-	-	-	-	-
Opção de compra de participação de minoritários (Nota 21)	-	-	-	(66.541)	-	-	-	-	(66.541)	(22.180)	(88.721)
Aquisição de ações para tesouraria	-	-	-	-	(120.598)	-	-	-	(120.598)	-	(120.598)
Dividendos obrigatórios propostos e reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	12	12	(30.209)	(30.197)
Dividendos distribuídos	-	-	(431)	-	-	-	-	-	(431)	(1.484)	(1.915)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(102.250)	(102.250)	113.704	11.454
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	556.244	(556.244)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.569.625	(117.965)	39.079	(136.107)	(184.271)	18.791	574.195	-	2.763.347	438.121	3.201.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		(102.250)	(87.665)	11.454	(81.328)
Ajustes:					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7/26	-	-	194.496	141.849
Atualização (reversão) depósito judicial	22	(8)	(3)	(4.380)	(1.450)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	13/15/26	40.665	25.379	363.124	266.555
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	-	209.884	156.356
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	1.207	306	15.391	10.906
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	(225)	(11.248)	(2.796)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(292.738)	(181.425)	14.342	545
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos		237.904	208.688	558.249	241.725
Baixa de custo de captação por antecipação pagamento de debêntures e taxa de antecipação		96.731	-	96.731	-
Variação cambial sobre investimentos	12	-	-	726	(768)
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22	130	(140)	(6.715)	(13.501)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	1.240	762	23.192	46.788
Despesa financeira de arrendamentos	14/28	-	-	182.766	150.689
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14/28	-	-	(4.543)	(8.825)
Ajuste a valor presente financiamento estudantil	25	-	-	(12.783)	30.651
Atualização de empréstimos a terceiros		(662)	(1.256)	(619)	(3.854)
Remuneração baseada em ações		8.106	4.909	14.392	5.282
Valor justo com derivativos		31.640	9.962	31.640	9.962
Valor justo bolsa Proies		-	-	16.851	15.895
Valor Justo Earn Out		-	-	(1.032)	(62.146)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	1.462	39	(427.405)	(51.132)
Resultado operação <i>sale and leaseback</i>	13.2	-	-	-	(6.222)
Outros ajustes		2	-	5.643	(895)
		23.429	(20.669)	1.270.156	844.286
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(42.079)	(88.421)	(362.248)	(228.893)
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		1.348	(2.178)	(11.051)	(16.749)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	22	(11)	(17)	(16.562)	(13.467)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		(3.365)	(4.610)	(6.281)	33.269
Redução (aumento) de outros ativos		(8.469)	(1.934)	(26.744)	28.860
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários		-	-	-	(137)
(Redução) aumento de fornecedores		56.195	18.187	23.859	68.996
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		(11.399)	14.893	(37.966)	(3.506)
(Redução) aumento de imposto de renda e contribuição a pagar		-	-	11.846	(32.007)
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		656	-	23.743	(9.905)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	(13.917)	(11.252)
(Redução) aumento de provisão para riscos	22	(36)	(19)	(48.654)	(19.534)
(Redução) aumento de outros passivos		17.380	(816)	15.559	16.706
		10.220	(64.915)	(448.416)	(187.619)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	14 e 16	(198.935)	(98.069)	(587.665)	(269.272)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.122)	(10.221)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(165.286)	(183.653)	227.953	377.174
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões		(34.753)	(11.707)	(25.467)	(500)
Recebimentos		2.091	13.631	2.400	-
Aumento de capital em investida	12	(176.297)	(208.649)	(15.341)	(1.141)
Aumento de capital de acionistas não controladores		-	-	1.000.000	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		-	-	(2.361)	(3.686.169)
Venda de investimento (controladas)		-	-	-	500.000
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		(129.505)	939.477	(607.137)	892.705
Rendimento de aplicações financeiras		(10.798)	(23.390)	(101.009)	(36.178)
Compra de ativo imobilizado	13	(690)	(1.072)	(84.654)	(76.111)
Adiantamento - operação <i>sale & leaseback</i>		-	171.386	-	171.386
Compra de ativo intangível	15	(86.399)	(68.156)	(126.246)	(103.434)
Dividendos recebidos		43.665	177.656	-	-
Dividendos pagos		-	-	(1.916)	-
Alienação de investimento em controladas		2.227.773	16.290	-	16.240
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.835.087	1.005.466	38.269	(2.323.202)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Mútuos com partes relacionadas				
Captações		464.179	4.999	-
Amortizações		(363.779)	(4.999)	(2)
Empréstimos, financiamentos e debêntures				
Captações		771.480	2.527.171	2.731.900
Amortizações	16	(2.184.686)	(144.670)	(2.331.072)
Ganho (perda) com derivativos	28	(30.271)	(5.069)	(30.271)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(5.000)	(15.271)	(91.045)
Pagamento de arrendamentos	14	-	(24)	(171.944)
Aumento de capital (Custo de captação)		(7)	(1.980)	(7)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(3.159.906)	-
Aquisição de ações em tesouraria		(120.598)	(40.043)	(120.598)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(1.468.682)</u>	<u>(839.792)</u>	<u>(13.039)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>201.119</u>	<u>(17.979)</u>	<u>253.183</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	121	18.100	169.248
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>201.240</u>	<u>121</u>	<u>422.431</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>201.119</u>	<u>(17.979)</u>	<u>253.183</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	25	8.308	3.245	3.711.144	2.760.594
Outras receitas		(1.971)	1.041	49.055	36.367
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(194.496)	(141.849)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	-	(64.932)	(28.350)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		18.442	(8.265)	(818.576)	(570.313)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		24.779	(3.979)	2.682.195	2.056.449
Depreciação e amortização	26	(40.665)	(25.379)	(574.274)	(422.911)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(15.886)	(29.358)	2.107.921	1.633.538
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	292.738	181.425	(14.342)	(545)
Receitas financeiras	28	14.973	24.719	164.965	76.051
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		291.825	176.786	2.258.544	1.709.044
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		291.825	176.786	2.258.544	1.709.044
Pessoal					
Remuneração direta		4.737	32.268	1.064.980	868.645
Remuneração baseada em ações		-	84	-	826
Benefícios		920	2.493	81.935	58.906
FGTS		995	1.106	104.825	85.290
Bônus		34	-	460	-
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		7.411	7.481	(169.050)	158.056
Estaduais		-	-	46	26
Municipais		1.677	440	163.985	115.412
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		378.275	220.455	959.017	489.655
Aluguéis		26	124	40.892	13.556
Remuneração de capitais próprios					
		(102.250)	(87.665)	11.454	(81.328)
Lucro (prejuízo) do exercício		(102.250)	(87.665)	(102.250)	(87.665)
Participação de acionistas não controladores		-	-	113.704	6.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A ÂNIMA HOLDING S.A., ("Ânima" ou "Companhia"), com sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participação direta e indireta no capital de empresas que atuam em:

- a) Administração de Instituições de Ensino Superior ("IES"), demais instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação.
- b) Prestação de serviços de ensino superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos à distância, bem como a realização de pesquisas.
- c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na Internet, como portais, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e programas de televisão.
- d) Prestação de serviços de consultoria na área de educação e inovação tecnológica.

A Ânima e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

1.1 Contexto sobre a COVID 19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Ao longo de 2022, o Grupo realizou a reabertura dos campi com retomada das atividades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança para seus educadores e alunos. O Grupo se mantém atento quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios do Grupo.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

		Participação %	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Controladas (participações diretas)</u>			
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	(i)	45	100
Inspirali Educação S.A. ("Inspirali Brasil")	(i)	75	100
NS Educação Ltda. ("NS Educação")		100	100
Rede Educacional do Brasil Ltda. ("Rede")		100	100

Controladas (participações indiretas)

VC Network Educação S.A. ("VC Network")	(i)	41	100
A2S Tecnologia para Educação Ltda. ("A2S")		100	100
AGES Educação Ltda. ("AGES Educação")		100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")	(ii)	75	100
Associação Paraibana de Educação e Cultura Ltda. ("Aspec")		100	100
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	(ii)	86	100
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")	(ii)	64	74
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. ("MedPós")	(vi)	38	-
Centro Educacional de Formação Superior Ltda. - CEFOS ("Milton Campos")		100	100
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UniFG")	(ii)	47	55
Cesuc Educação Ltda. ("Cesuc")		100	100
CSS Educação Ltda. ("CSS Educação")		100	100
FACEB Educação Ltda. ("FACEB")		100	100
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	(ii)	86	100
Faculdade de Desenvolvimento Rio Grande do Sul Ltda. ("Fadergs")		100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")		100	100
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED")	(ii)	38	51
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	(ii)	86	100
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")	(ii)	86	100
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")	(ii)	86	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão)	(ii)	86	100
Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda. ("IBMR")		100	100
Instituto de Educação Unicuritiba Ltda. ("Unicuritiba")		100	100
Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")		100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")		100	100
ISCP - Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP" ou "UAM")	(ii)	86	100
Oresidente Serviços de Cursos Preparatórios Ltda. ("Oresidente")	(v)	38	-
Pensare Educação Ltda. ("Pensare")	(iv)	-	100
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	(ii)	86	100
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")	(ii)	75	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")	(ii)	75	100
SOBEPE Educação Ltda. ("Sobepe Educação")		100	100
Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda. ("Socec")		100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda. ("Catalana")		100	100
Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda. ("UniRitter")		100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	(ii)	86	100
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("UNP" ou "Apec")	(ii)	86	100
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")		100	100

Controlada em conjunto (joint venture)

Le Cordon Bleu Ânima Ltda. ("LCB")		50	50
Vivae Educação Digital S.A. ("Vivae")	(iii)	50	-

Coligadas

Educa Itapevi		18	18
Gama Academy Treinamento Profissional S.A. ("Gama")	(vii)	56	56
Singularity Education Group ("Singularity")		4	4

- (i) Alterações nas participações como resultado da reestruturação societária e acordo de investimentos, conforme descrito na nota explicativa 2.4.
- (ii) Redução nos percentuais de participação devido ao reflexo da participação da DNA Capital Consultoria Ltda. ("DNA Capital") na Inspirali Brasil (vide Nota 2.4) e da Inspirali Brasil na VC Network.
- (iii) Em 08 de abril de 2022 foi constituída a *joint venture* Vivae Educação Digital S.A. ("Vivae"), através de contrato de investimento entre a

Companhia e a Telefônica do Brasil. A Vivae, fez o lançamento da sua versão paga no dia 06 de março de 2023. São 3 planos de assinatura (mensal, trimestral ou anual) para acessar 37 cursos (comportamento do consumidor, JavaScript, hospitalidade entre outros) e mais de 3 mil vagas de emprego. Nos próximos meses, além de novos cursos, estão previstas novas funcionalidades como construção de currículo e *match* de currículos e vagas via inteligência artificial.

- (iv) Em 1º de dezembro de 2022 houve a cisão da Pensare e incorporação das parcelas cindidas por suas controladas (UAM, Unifacs e UNP).
- (v) Em 1º de agosto de 2022 o IBCMED, controlada indiretamente pela Ânima, passou a ser proprietária integral da Oresidente.
- (vi) Em 30 de novembro de 2022 o IBCMED, controlada indiretamente pela Ânima, passou a ser proprietária integral da MedPós.
- (vii) A Ânima possui 55,78% das ações da Gama, sendo 31,89% em ações preferenciais, sem direito a voto, e 23,89% em ações ordinárias.

2.4 Reestruturação societária e acordo de investimento

Em linha com as iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial da Inspirali Brasil, a qual detém nossa vertical de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que tem por objetivo estratificar os resultados de nossas verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados ao valor de custo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- VC Network: Em 2 de janeiro de 2022, foi realizada, pela Ânima, a venda de 51.546.392 ações da VC Network para a Inspirali Brasil pelo valor de R\$ 2.100.000, correspondentes a 49% do total de suas ações.
- Inspirali Brasil: Em 3 de janeiro de 2022, a Ânima realizou um aumento de capital na Inspirali Brasil mediante o aporte de 6.260.188 ações de sua titularidade, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255.040. Com esse aporte em bens a partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali Brasil, que detém 55% de seu capital social.

Após os atos societários descritos acima, a Ânima passou a deter participação direta de 45% e indireta de 55% (através da controlada Inspirali Brasil) na VC Network.

- Sociesc: Em 30 de março de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Sociesc. A cisão parcial implicou na redução de capital social da Sociesc que passou a ser de R\$ 28.248 e um aumento de capital na IEDUC que passou a ser de R\$ 74.596. O acervo cindido corresponde a R\$ 65.807. A partir desta data a IEDUC passou a ser controlada direta da PGP Educação com participação de 88%.

- VC Network: Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ânima, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Será garantida às ações preferenciais a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Tais critérios foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia. Também foi assinado, entre a Companhia e Inspirali Brasil, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente aos demais cursos, ou vice-versa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esse mecanismo não foi acionado.
- Acordo de investimento: em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Companhia e a DNA Capital e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital, adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspirali Brasil. Com isso, a participação indireta da Companhia na VC Network passou a ser de 41,25%.
- IEDUC: Em 1º de abril de 2022, foi aprovada a cessão de ações da IEDUC pela VC Network para a PGP Educação ao valor patrimonial de R\$ 127.342, a ser paga em até 5 anos.
- Pensare: em 1º de dezembro de 2022 houve a cisão da Pensare e a imediata incorporação das parcelas cindidas por suas controladas (UAM, UNIFACS e UNP). Em virtude da cisão, as ações da Pensare que eram de titularidade da VC Network foram substituídas pelas ações que a Pensare detinha da UAM, UNP e UNIFACS.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não inclui os resultados integrais das investidas Unisul - manutenção adquirida pela controlada Sociesc, Milton Campos, Rede e suas controladas e IBCMED, que passaram a ser consolidados a partir de 20 de janeiro de 2021, 30 de abril de 2021, 28 de maio de 2021 e 20 de novembro de 2021, respectivamente. A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas Oresidente e MedPós, que passaram a ser consolidados a partir de 1º de agosto de 2022 e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos. Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2022 e 2021 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2022		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Oresidente	01/08/2022	11	(2)	39	(1)
MedPós	30/11/2022	313	70	268	59

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2021		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Mantença Unisul	20/01/2021	273.230	41.346	-	-
Milton Campos	30/04/2021	10.853	(5.273)	5.930	1.556
Rede e suas controladas (i)	28/05/2021	954.320	218.594	698.275	(72.094)
IBCMED	30/11/2021	1.662	(550)	12.594	9.292

(i) Composto pelas empresas: Rede, ISCP, Apec, Socec, Aspec, Unifacs, Fadersgs, UniRitter e IBMR.

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

Em reunião realizada em 22 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima, que é a taxa que a controladora Ânima pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características

específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos dois anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 *Impairment*

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4.6 Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não competição	8
<i>Mailing list</i>	3
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e;
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente

(Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.11 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido
- Participações societárias emitidas pelo grupo
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.14 Provisões para contingências

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

4.15 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.15.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.17.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.15.2 Diferido

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da

apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.16 Reconhecimento de receita

4.16.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos *in company*, tanto em ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalier antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.16.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir

um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.16.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.17 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.17.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a

partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.17.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2021 e 2022.

4.18 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.19 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;

- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	10,50% a 13,50%	10,50% a 13,15%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,37%	10,37% a 12,87%	-
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 12,56%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,11% a 13,65%	10,50% a 12,75%	11,00% a 13,00%
Goiás	12,44%	-	12,94%
Rio de Janeiro	6,61% a 36,31%	13,90%	-
Rio Grande do Norte	3,13% a 52,98%	8,53%	-
Rio Grande do Sul	9,14% a 14,23%	7,18% a 13,61%	-
Ceará	8,76%	-	-
Pernambuco	10,95%	-	-
Paraná	-	11,00%	-
Sergipe	-	-	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos

pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.20 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.21 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.22 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Educação Médica – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Ânima Core - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.
- Lifelong Learning - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e

consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento.

4.23 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *"Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 *"Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a *"IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements"* para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

5 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Composição preço de compra e ágio

	2022					
	Milton Campos (a)	Laureate (a)	IBCMED (a)	Oresidente (b)	MedPós (b)	
Data de aquisição	30/04/2021	28/05/2021	23/11/2021	01/08/2022	30/11/2022	Total
% Participação	100%	100%	51%	100%	100%	
Pagamento à vista			-	575	2.000	2.575
Pagamentos parcelados	910	-	596	-	2.600	4.106
Valor nominal da aquisição	910	-	596	575	4.600	6.681
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(6.275)	-	-	(6.275)
Valor presente da aquisição	910		(5.679)	575	4.600	406
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	-	64.095	4.891	62	(107)	68.941
Ágio gerado na aquisição	910	(64.095)	(10.570)	513	4.707	(68.535)

(a) Valores referem-se à alocação final do preço de compra da Milton Campos, do Grupo Laureate e IBCMED, adquiridas em 2021.

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o IBCMED efetuou a aquisição integral de duas empresas, sendo elas a Oresidente em 1º de agosto de 2022 e a MedPós em 30 de novembro de 2022, pagando o montante à vista de R\$ 575 e R\$ 2.000 respectivamente, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 2.600 que será liquidado em 3 parcelas até 2026.

	2021							
	Faseh	UniFG	Medroom	UniSul	Milton Campos	Laureate	IBCMED	
Data de aquisição	07/05/2020	01/07/2020	19/11/2020	20/01/2021	30/04/2021	28/05/2021	30/11/2021	Total
% Participação	74%	55%	100%	100%	100%	100%	51%	
Pagamento antecipado	-	-	-	223.577	-	180.000	-	403.577
Pagamento à vista	299	-	-	60.302	33.388	3.659.795	10.000	3.763.784
Pagamentos parcelados	-	-	-	3.734	23.727	845	45.871	74.177
Earn-out	-	-	(5.882)	-	-	19.500	-	13.618
Pagamento compensado	-	-	-	21.400	-	-	-	21.400
Valor nominal da aquisição	299	-	(5.882)	309.013	57.115	3.860.140	55.871	4.276.556
(-) Ajuste a valor presente	-	-	1.427	-	(1.751)	-	(5.711)	(6.035)
Valor presente da aquisição	299	-	(4.455)	309.013	55.364	3.860.140	50.160	4.270.521
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	1.390	2.215	5.576	145.389	11.475	1.651.735	1.721	1.819.501
Ágio gerado na aquisição	(1.091)	(2.215)	(10.031)	163.624	43.889	2.208.405	48.439	2.451.020
Composição do caixa líquido na aquisição								
Contrapartida paga em caixa à vista	299	-	-	60.302	33.388	3.659.795	10.000	3.763.784
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	-	-	-	(3.650)	(72.874)	(1.091)	(77.615)
Valor presente pago	299	-	-	60.302	29.738	3.586.921	8.909	3.686.169

5.2 Valor justo das aquisições

Alocação dos ativos	IBCMED (i)	Laureate (i)	Oresidente (ii)	MedPós (ii)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	52	162	214
Outros ativos circulantes	-	-	3	1.653	1.656
Ativos não circulantes	-	(42.149)	59	-	(42.090)
Imobilizado	-	-	-	23	23
Intangível	-	-	-	1	1
Carteira de clientes	6.761	142	-	-	6.903
Marca	7.769	-	-	-	7.769
Polos e Material EAD	-	98	-	-	98
	<u>14.530</u>	<u>(41.909)</u>	<u>114</u>	<u>1.839</u>	<u>(25.426)</u>
Passivos					
Circulantes	-	-	2	275	277
IR/CS diferido passivo	4.940	(106.004)	-	-	(101.064)
Não circulantes	-	-	50	1.672	1.722
Participação de acionistas não controladores	4.699	-	-	-	4.699
	<u>9.639</u>	<u>(106.004)</u>	<u>52</u>	<u>1.947</u>	<u>(94.366)</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	<u>4.891</u>	<u>64.095</u>	<u>62</u>	<u>(108)</u>	<u>68.940</u>

- (i) A Companhia e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra.

6 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	52	121	29.289	11.292
Aplicações financeiras - Operações	201.188	-	393.142	157.956
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>201.240</u>	<u>121</u>	<u>422.431</u>	<u>169.248</u>
Aplicações financeiras - Investimento	<u>280.517</u>	<u>140.214</u>	<u>1.054.199</u>	<u>346.053</u>
Total das aplicações financeiras	<u>280.517</u>	<u>140.214</u>	<u>1.054.199</u>	<u>346.053</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. O valor classificado no ativo não circulante se refere a garantias de empréstimos. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais entre 87,74% e 127,26% do CDI (entre 105% e 138% em 2021).

CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber mensalidades (a)	959.112	845.885
FIES - Financiamento estudantil (b)	136.130	110.544
Financiamentos (c)	251.151	161.216
Eventos	4.525	9.085
Sublocações, serviços e outros	81.370	53.998
Total	1.432.288	1.180.728
Perdas estimadas (d)	(583.209)	(520.781)
Total geral contas a receber	849.079	659.947
Ativo circulante	791.593	603.855
Ativo não circulante (e)	57.486	56.092

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar de 0% a 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalier Gestão, Fiages (Ages) e Unimais (Unicuritiba). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso.
- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) Refere-se a valores financiados conforme detalhado no item "c" com vencimento acima de um ano.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2022					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer (i)	711.251	(167.973)	23,62%	543.278	63,98%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	161.837	(49.451)	30,56%	112.386	13,24%
De 91 a 180 dias	147.967	(51.666)	34,92%	96.301	11,34%
De 181 a 360 dias	135.632	(88.452)	65,21%	47.180	5,56%
De 361 a 720 dias	275.601	(225.667)	81,88%	49.934	5,88%
Total	1.432.288	(583.209)	40,72%	849.079	100%

Consolidado					
31/12/2021					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer (i)	521.507	(113.217)	21,71%	408.290	61,87%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	148.891	(53.014)	35,61%	95.877	14,53%
De 91 a 180 dias	144.141	(60.336)	41,86%	83.805	12,70%
De 181 a 360 dias	137.255	(100.817)	73,45%	36.438	5,52%
De 361 a 720 dias	228.934	(193.397)	84,48%	35.537	5,38%
Total	1.180.728	(520.781)	44,11%	659.947	100%

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

(i) Os valores a receber de FIES e cartão de crédito estão classificados nessa linha.

A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	520.781	186.124
Perdas estimadas no exercício	194.496	141.849
Combinação de negócio - Unisul	-	22.787
Combinação de negócio - Rede e suas controladas	-	233.006
Venda dos colégios	-	(534)
Títulos baixados no exercício (i)	(132.068)	(62.451)
Saldo final	583.209	520.781

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8 ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	2.914	4.347	17.798	13.455
Funcionários	1.394	1.309	37.462	30.747
Total	4.308	5.656	55.260	44.202

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF (a)	10.676	7.868	49.162	28.932
IRPJ/CSLL (b)	-	-	1.941	42.652
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	39.638	24.050
PIS/COFINS/CSLL	927	497	9.389	7.339
Outros	127	-	4.354	3.153
Total	11.730	8.365	104.484	106.126
Ativo circulante	3.035	5.621	77.156	88.617
Ativo não circulante	8.695	2.744	27.328	17.509

- (a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.
- (b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real.
- (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.066.858 (R\$ 674.818, em 31 de dezembro de 2021) e, no consolidado, o montante é de R\$ 5.662.974 (R\$ 3.907.436, em 31 de dezembro de 2021), não sujeitos a prazo prescricional.

Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	Consolidado					Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação				
		Combinação de negócio	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Baixa por reestruturação societária (a)	Compensação tributo diferido passivo	
	31/12/2021					31/12/2022
Imposto de renda	1.076	78.005	35.164	(61.072)	(53.173)	-
Contribuição social	386	28.081	12.657	(21.984)	(19.140)	-
Total	1.462	106.086	47.821	(83.056)	(72.313)	-

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação			
		Combinação de negócios	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	
	31/12/2020				31/12/2021
Imposto de renda	1.104	7.370	871	(8.269)	1.076
Contribuição social	397	2.653	313	(2.977)	386
Total	1.501	10.023	1.184	(11.246)	1.462

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado						Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação					
			Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Reversão de tributo diferido sobre a mais valia	Baixa por reestruturação societária (a)	Compensação com tributo diferido ativo	
	31/12/2021	Combinação de negócio					
Imposto de renda	449.089	3.688	(18.945)	(568)	(325.358)	(53.172)	54.734
Contribuição social	161.672	1.329	(6.820)	(204)	(117.130)	(19.141)	19.706
Total	610.761	5.017	(25.765)	(772)	(442.488)	(72.313)	74.440

	Consolidado					Saldo final
	Saldo inicial	Movimentação				
			Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Transferência	
	31/12/2020	Combinação de negócio				
Imposto de renda	83.829	417.933	(42.802)	(8.267)	(1.604)	449.089
Contribuição social	27.997	150.455	(15.405)	(2.979)	1.604	161.672
Total	111.826	568.388	(58.207)	(11.246)	-	610.761

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, a Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs, foi extinta através de sua cisão e imediata incorporação dos ativos cindidos por suas controladas (UAM, UNP e Unifacs). Após esta incorporação reversa essas três instituições passaram a ser diretamente controladas pela VC Network. Como consequência deste movimento societário não há mais diferença entre base contábil e base fiscal nessas três instituições e, portanto, não há mais saldos de tributos diferidos. Considerando que o movimento ocorreu em 1 de dezembro de 2022, todos os saldos passivos e ativos referentes ao Imposto de Renda e Contribuição social diferidos dessas três empresas foi baixado contra o resultado do exercício de 2022. Os critérios utilizados para a alocação dessa reversão entre os segmentos de negócio foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, além de terem sido discutidos e aprovados também pelos órgãos de governança da controlada Inspirali Brasil.

Importante destacar que, ainda que houvesse outras diferenças temporárias, como as três instituições são entidades operacionais participantes do PROUNI, diferentemente de sua antiga holding, a alíquota a ser empregada para constituição de tributos diferidos seria igual a zero, já que esta é a alíquota tributária esperada na eventual realização das diferenças temporárias tributáveis.

10.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	(100.788)	(87.626)	(415.951)	(132.460)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	34.268	29.793	141.423	45.036
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	99.531	61.912	(4.876)	(185)
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	239.681	111.742
Créditos tributários não constituídos (b)	(133.648)	(86.731)	(243.380)	(174.514)
Baixa de IRPJ e CSLL diferido	-	-	359.432	32.531
Outras adições e exclusões	(1.613)	(5.013)	(64.875)	36.522
IRPJ e CSLL calculados	(1.462)	(39)	427.405	51.132
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(6.385)	(8.259)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	(1.462)	(39)	433.790	59.391
Ativo	(1.462)	(39)	(35.235)	1.184
Passivo	-	-	469.025	58.207
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	-1,45%	-0,04%	-102,75%	38,60%

- (a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (alterada pela lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022, para aperfeiçoar a sistemática de operação PROUNI), e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de sua realização.

11 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Reembolsáveis por alienantes (a)	100.706	82.202
Ativos de indenização (b)	135.547	129.972
Empréstimos a terceiros (c)	15.430	19.146
Total	251.683	231.320
Ativo circulante	3.067	1.395
Ativo não circulante	248.616	229.925

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, HSM Brasil, IEDUC, Faceb, Catalana, Poli, Ages, Ages Educação, Unicuritiba, UniFG, UAM, APEC, Uniritter e IBMR provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser

compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.

- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato.
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

12 INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

31/12/2022							
Controladas via participação direta e demais participações							
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (i)	Patrimônio líquido	(-) Resultado de demais participações (i)	Resultado do exercício	
VC Network (ii)	45%	4.854.588	625.771	2.325.849	1.902.968	683.699	195
Inspirali Brasil (iii)	75%	3.897.337	2.340.079	389.315	1.167.943	98.097	376.600
Rede	100%	762.969	327.558	-	435.411	-	(70.571)
NS Educação	100%	430.235	(781)	-	431.016	-	856
LCB	50%	19.824	20.017	(96)	(97)	(1.294)	(1.294)
Gama (iv)	56%	-	-	-	17.036	-	(13.048)
Vivae (v)	50%	-	-	-	10.000	-	-
Ágio Ages	-	-	-	-	34.069	-	-
Ânima Venture (vi)	-	-	-	-	3.500	-	-
				<u>4.001.846</u>			<u>292.738</u>

- (i) Refere-se a participações em entidades controladas em conjunto e participação de acionistas não controladores.
- (ii) Refere-se à participação de 45% da Companhia no capital social da VC Network, que são representadas por ações preferenciais que dão direito ao resultado líquido das operações que não são oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Ânima indenizará a Inspirali Brasil referente a este impacto. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi necessária tal indenização. A aplicação dos critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foi revisada por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração da Ânima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, sendo também aprovada pelos órgãos de governança da Inspirali Brasil.
- (iii) Refere-se à participação de 75% da Companhia no capital social da Inspirali Brasil, que em 31 de março de 2022 teve as condições precedentes existentes no Contrato de Investimento assinado entre a Companhia e a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos

em participações sob sua gestão que previa, dentre outras condições, a conclusão da reestruturação societária no âmbito da Inspirali Brasil, a qual foi superada. Com isso o Fundo Genoma VIII efetuou aumento no capital social na Inspirali Brasil, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1.000.000, correspondente a 25% de seu capital social votante.

- (iv) Por se tratar de uma coligada o saldo está representado de forma líquida. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ele é composto da seguinte forma:

Investimento	(6.591)
Conteúdo EAD	119
Goodwill	23.508
Total	17.036

- (v) Em 08 de abril de 2022 foi constituída a joint venture Vivae com capital social inicial de R\$ 12.000. E em agosto de 2022 ocorreu um aporte de R\$ 8.000, perfazendo um capital social total de R\$ 20.000. Conforme descrito na nota 2.3, essa joint venture entrou em fase operacional no final do primeiro trimestre de 2023.
- (vi) Venture Capital criado para investimento ao longo dos próximos 10 anos em startups das mais variadas especialidades. O fundo de investimento Ânima Venture deverá investir não somente em edtechs, mas também em startups de diferentes setores que permeiam o segmento de educação e buscam soluções ágeis transformacionais.

Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

				31/12/2022			
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de acionistas não controladores	Resultado do exercício
Faseh	74%	118.670	24.902	24.606	69.162	9.236	25.960
UniFG	55%	195.529	153.907	18.730	22.892	4.873	5.956
IBCMED	51%	29.862	18.697	5.471	5.694	1.499	1.560
Inspirali Brasil	75%	3.897.337	2.340.079	389.314	1.167.944	98.096	376.599
				438.121		113.704	

Movimentação dos saldos no exercício:

				Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste preço	Reestruturação societária (i)	Ágio em transação de capital (ii)	Saldo em 31/12/2022
Ativo									
VC Network	4.281.870	-	195	1.210	(25.267)	-	(2.355.040)	-	1.902.968
Inspirali Brasil	22.485	6.239	376.599	180	(86.347)	-	255.040	593.747	1.167.943
Rede	432.557	73.316	(70.571)	109	-	-	-	-	435.411
Gama	30.128	-	(13.048)	-	-	(44)	-	-	17.036
NS Educação	346.549	81.883	856	1.728	-	-	-	-	431.016
Vivae	-	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000
Ânima Venture	-	3.500	-	-	-	-	-	-	3.500
Ágio e alocações	34.069	-	-	-	-	-	-	-	34.069
	5.147.658	174.938	294.031	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	593.747	4.001.943
(Passivo)									
LCB	(162)	1.359	(1.294)	-	-	-	-	-	(97)
	5.147.496	176.297	292.737	3.227	(111.614)	(44)	(2.100.000)	593.747	4.001.846

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, refere-se à alienação da participação detida pela controladora na VC Network no montante de R\$ 2.100.000, bem como o aumento de capital da controladora na Inspirali Brasil com ações da VC Network.0020

- (ii) Refere-se ao reflexo da alteração da participação relativa da Companhia na Inspiralí Brasil devido ao aporte de capital realizado pela DNA Capital e opção de compra da participação dos acionistas não controladores do IBCMED.

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Aquisição	Efeitos reestruturação societária	Saldo em 31/12/2021
Ativo								
IEDUC	164.182	-	52.285	9	(123.305)	-	(93.171)	-
Brasil	524.408	82.367	(9.514)	67	-	-	(597.328)	-
VC Network	118.683	2.981.446	76.224	219	(18.580)	-	1.123.878	4.281.870
VC Educação	-	-	19.932	-	-	-	(19.932)	-
Unimonte	43.866	-	3.869	4	-	-	(47.739)	-
PGP Gestão	68.267	3.799	2.158	-	-	-	(74.224)	-
HSM Brasil	40.043	550	(7.015)	-	-	-	(33.578)	-
PGP Educação	366.889	76.826	50.520	13	-	-	(494.248)	-
SOBEPE	181.464	368	10.492	-	(15.763)	-	(176.561)	-
SOBEPE Educação	-	-	(1.276)	-	-	-	1.276	-
Inspirali Brasil	12.550	23.701	(13.791)	25	-	-	-	22.485
Insegnare	80.425	11.990	(3.979)	-	-	-	(88.436)	-
A2S	6.612	4.600	(3.980)	-	-	-	(7.232)	-
Rede	-	372.581	40.122	20	-	-	19.834	432.557
Escola PGP	-	327	819	-	-	-	30	-
Gama	-	-	-	-	-	30.128	-	30.128
NS Educação	-	-	(34.422)	15	-	-	380.956	346.549
Ágio e alocações	96.316	-	(474)	-	-	-	(61.773)	34.069
LCB	383	-	(545)	-	-	-	-	(162)
Total	1.704.088	3.558.555	181.425	372	(157.648)	30.128	(168.248)	5.147.496

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Variação cambial	Alocação ágio	Saldo em 31/12/2022
Singularity	11.160	-	-	(726)	-	10.434
LCB	(162)	1.359	(1.294)	-	-	(97)
Educa Itapevi	1.190	482	-	-	-	1.672
Gama	30.128	-	(13.048)	-	(44)	17.036
Vivae	-	10.000	-	-	-	10.000
Anima Venture	-	3.500	-	-	-	3.500
Total	42.316	15.341	(14.342)	(726)	(44)	42.545

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Variação Cambial	Aquisição coligada	Saldo em 31/12/2021
Singularity	10.392	-	-	768	-	11.160
LCB	383	-	(545)	-	-	(162)
Educa Itapevi	49	1.141	-	-	-	1.190
GAMA	-	-	-	-	30.128	30.128
Total	10.824	1.141	(545)	768	30.128	42.316

	Taxas anuais de depreciação	Controladora		
		31/12/2022		31/12/2021
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	7.849	(6.310)	1.539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	6.118	(3.215)	2.903
Móveis e utensílios	10%	1.955	(1.251)	704
Máquinas e equipamentos	10%	1.078	(614)	464
Outros	10% a 20%	664	(551)	113
Imobilizado em andamento	-	229	-	229
Total		17.893	(11.941)	5.952

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado		
		31/12/2022		31/12/2021
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	591.372	(336.671)	254.701
Edificações	1,43% a 4%	139.434	(40.853)	98.581
Terrenos	-	47.377	-	47.377
Máquinas e equipamentos	10%	279.655	(237.304)	42.351
Biblioteca e videoteca	10%	144.680	(121.831)	22.849
Móveis e utensílios	10%	191.972	(147.475)	44.497
Computadores e periféricos	20%	214.624	(195.830)	18.794
Outros	10% a 20%	126.925	(59.252)	67.673
Imobilizado em andamento	-	21.835	-	21.835
Total		1.757.874	(1.139.216)	618.658

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Reclassificação
				Saldo líquido em 31/12/2022
Computadores e periféricos	1.706	503	(670)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.269	-	(591)	225
Móveis e utensílios	860	25	(181)	-
Máquinas e equipamentos	563	-	(99)	-
Outros	45	90	(22)	-
Imobilizado em andamento	382	72	-	(225)
Total	6.825	690	(1.563)	-

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Baixa	Reclassificação
					Saldo líquido em 31/12/2021
Computadores e periféricos	2.273	237	(757)	(47)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.315	-	(540)	-	494
Móveis e utensílios	1.032	7	(179)	-	-
Máquinas e equipamentos	547	107	(91)	-	-
Outros	65	6	(26)	-	-
Imobilizado em andamento	161	715	-	-	(494)
Total	7.393	1.072	(1.593)	(47)	-

	Consolidado						Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Combinação de Negócio (iii)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	259.887	17.171	(6.513)	(48.307)	32.453	10	254.701
Edificações	104.462	-	(155)	(5.151)	(575)	-	98.581
Terrenos	47.377	-	-	-	-	-	47.377
Máquinas e equipamentos	61.797	2.455	(1.879)	(21.471)	1.420	29	42.351
Biblioteca e videoteca	31.474	123	(1.241)	(7.542)	35	-	22.849
Móveis e utensílios	53.193	5.703	(1.427)	(13.123)	114	37	44.497
Computadores e periféricos	24.178	4.193	(19)	(9.791)	233	-	18.794
Outros	64.440	14.165	(285)	(10.635)	(18)	6	67.673
Imobilizado em andamento (ii)	14.785	40.844	(132)	-	(33.662)	-	21.835
Total	661.593	84.654	(11.651)	(116.020)	-	82	618.658

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2021
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Transferência ativo mantido para venda	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	144.838	5.541	122.248	(4.810)	(37.230)	33.664	(4.364)	259.887
Edificações	38.253	-	191.374	-	(11.420)	(18.857)	(94.888)	104.462
Terrenos	28.395	-	53.889	-	-	18.855	(53.762)	47.377
Máquinas e equipamentos	27.878	5.026	45.753	(105)	(17.216)	461	-	61.797
Biblioteca e videoteca	18.481	259	19.186	-	(6.463)	11	-	31.474
Móveis e utensílios	31.726	5.289	26.446	(295)	(10.506)	533	-	53.193
Computadores e periféricos	17.629	2.485	13.366	(243)	(9.743)	684	-	24.178
Equipamentos de laboratórios	46.468	18.131	-	(69)	(6.650)	-	-	57.880
Outros	7.196	1.223	738	-	(2.593)	(4)	-	6.560
Imobilizado em andamento (ii)	10.034	38.157	4.614	(2.673)	-	(35.347)	-	14.785
Total	370.898	76.111	477.614	(8.195)	(101.821)	-	(153.014)	661.593

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos, principalmente, para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.
- (iii) Referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes das aquisições da Medpós e Oresidente, ocorridas em 2022 e, da manutenção da Unisul, do grupo Laureate, da Milton Campos e IBCMED, ocorridas em 2021.

13.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada a garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações e os terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$145.957 em 31 de dezembro de 2022 (R\$151.839, em 31 de dezembro de 2021) em tais transações.

14 DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2021	1.382.681	1.556.878	-
Adição e remensuração	259.063	259.063	-
Baixa	(121.508)	(132.756)	11.248
Pagamento	-	(354.710)	-
Concessão de pagamentos (i)	-	(4.543)	4.543
Amortização	(209.884)	-	(209.884)
Despesa financeira	-	182.766	(182.766)
Saldo em 31/12/2022	<u>1.310.352</u>	<u>1.506.698</u>	<u>(376.859)</u>
Circulante	-	172.747	
Não circulante	1.310.352	1.333.951	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2020	2.172	2.421	-	608.708	666.579	-
Combinação de Negócios	-	-	-	548.250	611.189	-
Adição e remensuração	-	-	-	416.127	428.177	-
Baixa	(2.172)	(2.397)	225	(34.048)	(36.844)	2.796
Pagamento	-	(24)	-	-	(254.087)	-
Concessão pagamentos (i)	-	-	-	-	(8.825)	8.825
Amortização	-	-	-	(156.356)	-	(156.356)
Despesa financeira	-	-	-	-	150.689	(150.689)
Saldo em 31/12/2021	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>225</u>	<u>1.382.681</u>	<u>1.556.878</u>	<u>(295.424)</u>
Circulante	-	-	-	-	167.448	
Não circulante	-	-	-	1.382.681	1.389.430	

- (i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais

acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 4.543 (R\$ 8.825 em dezembro de 2021), diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato.

Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2022
2024	189.721
2025	165.509
2026	94.698
2027	92.309
Após 2027	791.714
Total	1.333.951

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 3,65% ao ano para 2024, 3,25% para anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 30 de dezembro de 2022. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2022		
	Consolidado		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	1.310.352	1.363.683	4,07%
Passivo de arrendamento	1.506.701	1.563.956	3,80%
Despesa de amortização	(210.374)	(215.381)	2,38%
Despesa financeira	(181.570)	(187.035)	3,01%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

15 INTANGÍVEL

		Controladora			
		31/12/2022			31/12/2021
Taxas anuais de amortização		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
Softwares	20%	203.984	(88.823)	115.161	85.855
Desenv. conteúdo EAD	33%	38.827	(10.317)	28.510	9.246
Cessão de Uso/Know-How	20%	7.097	(2.489)	4.608	7.088
Total		249.908	(101.629)	148.279	102.189

	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>					
Ágio		3.235.370	-	3.235.370	3.303.905
Marcas e patentes	3,33%	562.459	(36.229)	526.230	536.559
Licença		1.384.611	-	1.384.611	1.384.611
Carteira de clientes	22% a 70%	587.566	(292.228)	295.338	439.024
Acordo de não competição	12%	2.097	(1.604)	493	740
Polos EAD	33% a 50%	119.511	(251)	119.260	121.972
Material EAD	33% a 50%	4.003	(3.266)	737	-
Tecnologia	20%	8.448	(3.520)	4.928	6.618
Mailing list	38%	60	(60)	-	-
Total		5.904.125	(337.158)	5.566.967	5.793.429
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>					
Softwares	20%	347.849	(204.708)	143.141	115.619
Desenv. conteúdo EAD	33%	132.896	(61.784)	71.112	48.533
Credenciamento MEC	33%	18.525	(13.417)	5.108	5.711
Cessão de Uso/Know-How	20%	1.403	(1.123)	280	561
Intangível em desenvolvimento		4.437	-	4.437	4.138
Direitos Autorais		7.098	(2.489)	4.609	6.027
Total		512.208	(283.521)	228.687	180.589
Total do intangível		6.416.333	(620.679)	5.795.654	5.974.018

A movimentação da controladora é:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2022
Softwares	85.855	60.192	(1.206)	-	115.161
Desenv. conteúdo EAD	9.246	26.207	(1)	1.060	28.510
Cessão de Uso/Know-How	7.088	-	-	(1.060)	4.608
Total	102.189	86.399	(1.207)	-	148.279

	Controladora			
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixa	Saldo líquido em 31/12/2021
Softwares	56.505	50.272	(257)	85.855
Desenv. conteúdo EAD	1.573	9.727	(2)	9.246
Cessão de Uso/Know-How	-	8.157	-	7.088
Total	58.078	68.156	(259)	102.189

A movimentação consolidada é:

	Consolidado					
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Amorti- zação	Reclasi- ficação	Saldo líquido em 31/12/2022
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>						
Ágio	3.303.905	-	-	-	(68.535)	3.235.370
Marcas e patentes	536.559	-	-	(18.029)	7.769	526.230
Licença	1.384.611	-	-	-	-	1.384.611
Carteira de clientes	439.024	-	-	(150.327)	6.903	295.338
Acordo de não competição	740	-	-	(247)	-	493
Polos EAD	119.342	-	-	(116)	34	119.260
Material EAD	2.630	-	-	(1.956)	63	737
Tecnologia	6.618	-	-	(1.690)	-	4.928
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>						
Softwares	115.619	71.874	(1.299)	(43.357)	304	143.141
Desenv. conteúdo EAD	48.533	50.350	(2.419)	(26.601)	1.249	71.112
Credenciamento MEC	5.711	2.347	(15)	(3.081)	146	5.108
Cessão de Uso/Know-How	561	-	-	(281)	-	280
Intangível em desenvolvimento	4.138	1.674	(7)	-	(1.368)	4.437
Direitos autorais	6.027	1	-	(1.419)	-	4.609
Total	5.974.018	126.246	(3.740)	(247.104)	-	5.795.654

	Consolidado					Saldo líquido em 31/12/2021
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixa	Reclassificação	Amortização	Cominação de negócio (i)
Ágio	816.060	-	-	-	-	2.487.845
Marcas e patentes	135.210	-	-	-	(13.405)	414.754
Licença	195.879	-	-	-	-	1.188.732
Carteira de clientes	18.247	-	-	-	(101.686)	522.463
Acordo não competição	983	-	-	-	(243)	-
Polos e Material EAD	-	-	-	-	(1.448)	123.420
Tecnologia	-	-	-	-	(1.831)	8.449
Softwares	67.919	59.167	(274)	5.810	(29.702)	12.699
Desenv. conteúdo EAD	11.263	29.709	(2.351)	(316)	(12.971)	23.199
Credenciamento MEC	2.451	3.355	-	-	(2.097)	2.002
Cessão de uso	842	-	-	-	(281)	-
Intangível em desenvolvimento	154	4.106	(86)	(5.494)	-	5.458
Direitos autorais	-	7.097	-	-	(1.070)	-
Total	1.249.008	103.434	(2.711)	-	(164.734)	4.789.021

- (i) Em 2021, as adições identificadas nesta coluna são decorrentes da alocação preliminar do preço de compra das combinações de negócios provenientes da aquisição da manutenção da Unisul, Grupo Laureate, Milton Campos e IBCMED. Já em 2022, refere-se à finalização da alocação do preço de compra do Grupo Laureate, Milton Campos e IBCMED, bem como das combinações de negócios provenientes das aquisições da MedPós e Oresidente.

15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado								
	31/12/2022								
	Intangíveis amortizáveis					Intangíveis não amortizáveis		Total Geral	
	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Pólos EAD	Material EAD	Tecnologia	Licença		Ágio
Inspirali Educação Médica e Ânima Core									
UAM	108.454	-	142.496	21.743	382	-	423.610	1.048.795	1.745.480
UNIFACS	91.693	-	70.751	24.138	157	-	298.826	577.024	1.062.589
UNP	32.385	-	51.492	18.034	93	-	191.332	242.127	535.463
Unisul	40.591	-	50.946	7.000	-	-	96.896	163.624	359.057
USJT	-	-	32.089	-	-	-	54.600	174.445	261.134
IBMR	7.478	-	22.174	15.089	37	-	62.364	174.618	281.760
Ages	1.199	-	15.260	-	-	-	37.609	159.419	213.487
Faseh	949	-	-	-	-	-	33.602	117.239	151.790
Unicuritiba	-	-	16.219	-	-	-	23.858	107.551	147.628
UniRitter	-	-	27.421	12.064	43	-	67.585	39.278	146.391
UniFG	5.344	-	-	-	-	-	19.920	83.471	108.735
FADERGES	2.705	-	11.088	12.377	14	-	24.702	54.382	105.268
SOCEC	2.262	-	11.528	8.815	11	-	22.276	34.601	79.493
SOCIESC	-	-	19.044	-	-	-	3.787	45.103	67.934
IEDUC	-	-	21.943	-	-	-	-	38.114	60.057
IBCMED	2.135	-	7.488	-	-	-	-	37.870	47.493
Milton Campos	-	-	4.273	-	-	-	3.252	44.798	52.323
FACEB	-	493	-	-	-	-	7.255	28.721	36.469
Cesuc e Catalana	-	-	-	-	-	-	6.430	21.290	27.720
Medroom	-	-	-	-	-	4.928	-	14.234	19.162
Politécnico	-	-	-	-	-	-	1.780	16.868	18.648
Jangada	-	-	-	-	-	-	3.191	3.899	7.090
FACED	-	-	-	-	-	-	1.736	2.678	4.414
MedPos	-	-	-	-	-	-	-	4.707	4.707
Oresidente	-	-	-	-	-	-	-	513	513
	295.195	493	504.212	119.260	737	4.928	1.384.611	3.235.369	5.544.805
Lifelong learning									
HSM	-	-	19.496	-	-	-	-	-	19.496
Outras	143	-	2.522	-	-	-	-	1	2.666
	143	-	22.018	-	-	-	-	1	22.162
Total	295.338	493	526.230	119.260	737	4.928	1.384.611	3.235.370	5.566.967

15.2 Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os intangíveis informados acima e os demais ativos que juntos compõem o *carrying amount* das UGC's foram submetidos ao teste do valor recuperável ("*impairment*").

15.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ânima Core

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2023, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	UGC's ensino
Taxa de desconto ao ano	14,6%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	3,74%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,70%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	6.316.648

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's que não ofertam graduação, foram:

Premissas	Outras UGC's
Taxa de desconto ao ano	12,0%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	7,21%
Crescimento médio dos gastos ao ano	5,16%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	93.254

15.2.2 UGCs do segmento *LifeLong Learning*

O valor recuperável do ativo marca HSM foi estimado pela abordagem do valor em uso, utilizando a metodologia dos *royalties* evitados (*Relief from royalties*), a qual tem como premissa que uma empresa seria obrigada a pagar ao detentor do ativo intangível marca um "aluguel" pelo seu uso. A partir do momento que a empresa adquire o ativo, não necessita mais pagar pelo seu uso, daí a economia gerada.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso da marca da HSM foram:

Premissas	Marca HSM
Taxa de desconto ao ano	12,0%
Período de projeção (vida útil estimada)	27 anos
Crescimento nominal médio da receita ao ano	3,08%
Taxa de <i>royalties</i> sobre receita líquida	5,78%
<i>Carrying amount</i>	19.496

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<u>Moeda nacional</u>						
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	23.304	46.573	22.995	69.568
Debêntures 2ª emissão	103.400	99.624	203.024	103.468	199.173	302.641
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008	-	513.008	-	494.815	494.815
Debêntures 3ª emissão - série 2	9.544	52.783	62.327	34.808	1.925.740	1.960.548
IFC	26.954	12.656	39.610	26.950	37.941	64.891
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2 (b)	961	772.012	772.973	-	-	-
Outros empréstimos	1.950	4.025	5.975	1.956	5.958	7.914
<u>Moeda estrangeira</u>						
IFC	48.074	178.459	226.533	-	234.715	234.715
	<u>727.195</u>	<u>1.119.559</u>	<u>1.846.754</u>	<u>213.755</u>	<u>2.921.337</u>	<u>3.135.092</u>
	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
<u>Moeda nacional</u>						
Debêntures 1ª emissão	23.304	-	23.304	46.573	22.995	69.568
Debêntures 2ª emissão	103.400	99.624	203.024	103.468	199.173	302.641
Debêntures 3ª emissão - série 1	513.008	-	513.008	-	494.815	494.815
Debêntures 3ª emissão - série 2	9.544	52.783	62.327	34.808	1.925.740	1.960.548
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil (a)	69.121	1.974.270	2.043.391	-	-	-
IFC	26.954	12.656	39.610	26.950	37.941	64.891
CEF	1.092	-	1.092	1.307	1.097	2.404
Banco do Brasil	87.931	130.874	218.805	44.167	218.116	262.283
Itaú	-	-	-	100.042	-	100.042
Debêntures 4ª emissão - séries 1 e 2 (b)	961	772.012	772.973	-	-	-
Outros empréstimos	2.057	4.037	6.094	3.134	6.007	9.141
<u>Moeda estrangeira</u>						
IFC	48.074	178.459	226.533	-	234.715	234.715
	<u>885.446</u>	<u>3.224.715</u>	<u>4.110.161</u>	<u>360.449</u>	<u>3.140.599</u>	<u>3.501.048</u>

- (a) Em 31 de março de 2022, a Inspirali Brasil finalizou a 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Simultaneamente, em 31 de março de 2022, a Ânima realizou o pré-pagamento do principal no montante de R\$1.940.000 relativos à 2ª série da 3ª emissão de debêntures (sobre a qual incide taxa de juros de CDI+4,75% ao ano) e R\$121.810 relativo aos juros, totalizando uma liquidação total de R\$2.061.810. A esse montante se somou ainda o pagamento de R\$ 12.357 referente à taxa de antecipação da liquidação da operação. Consequentemente, devido à extinção desse passivo financeiro, houve a baixa proporcional dos custos de captação das debêntures no valor de R\$ 84.374, resultando em um custo total de R\$96.731, reconhecido no resultado financeiro no primeiro trimestre de 2022.

Considerando a redução na taxa de juros contratada para as novas debêntures em relação àquela previamente existente, a transação resultará em uma redução das despesas financeiras ao longo do prazo das debêntures.

- (b) Em dezembro de 2022 a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures, emitindo 800.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) cada, na data de emissão, no montante total de R\$ 800.000.

A 1ª série, no valor de R\$ 600.000, tem duração de 5 anos (*bullet*) e remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas DI, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 1,65% a.a.

A 2ª série, no valor de R\$ 200.000, tem duração de 7 (sete) anos (amortizações programadas nos anos seis e sete) e remuneração prefixada de 8,0481% a.a mais IPCA. Esta série foi contratada com *SWAP* da taxa de juros, sendo o custo da curva ativa prefixado em IPCA + 8,0481% a.a. e o da curva passiva de CDI + 2,08% a.a.

As debêntures não contam com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Ânima Educação como garantia, e estão vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em 2 séries, da 76ª (septuagésima sexta) emissão da Virgo Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente). Os CRI emitidos pela Securitizadora foram objeto de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Análise das cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

As debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissões passam a ter as mesmas cláusulas restritivas, medidas anualmente com base nas informações financeiras intermediárias emitidas no segundo trimestre de 2023, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 30 de junho de 2022 (inclusive): Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 4,0
Entre 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023 (inclusive): Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 3,0
Após 30 de junho de 2023: Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA ajustado	< 2,5
Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA ajustado pela despesa financeira	> 1,3

Inspirali Educação – 1ª emissão de Debêntures: A primeira verificação ocorrerá com base no formulário de informações trimestrais de 31 de março de 2023 e as demais verificações serão realizadas em março de cada ano, sempre com base nos últimos 12 (doze) meses.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive): Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024 (exclusive): Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

Considerando o novo perfil financeiro do Grupo após a aquisição do Grupo Laureate Brasil, a Companhia assinou, em 27 de setembro de 2022, um aditivo contratual com o *International Finance Corporation* ("IFC"), no qual, dentre outras alterações, renegociou junto ao IFC os índices de "Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado" e "EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o período a findar em 31 de março de 2023. O referido documento não implicou em nenhuma outra dispensa, alteração ou variação de quaisquer disposições relevantes do contrato de empréstimo com o IFC, as quais permanecem em pleno vigor e efeito. Adicionalmente, a Companhia renegociou com o IFC os índices mínimos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais estão apresentados abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Liquidez corrente	> 1,2
Dívida financeira líquida/EBITDA ajustado	< 4,6
EBITDA ajustado/Despesa financeira líquida	> 0,4

Ânima – CRI (4ª emissão de debêntures): Dos índices e limites financeiros ("Índices Financeiros") abaixo especificados, acompanhados semestralmente pela Securitizadora até a data de vencimento e/ou pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, o que ocorrer primeiro, a serem calculados com base nas informações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, exceto pelo disposto na definição de "Proforma" indicada no item "a" abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive): Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024 (exclusive): Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

- (a) Considera-se como "Proforma" o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura desta Escritura de Emissão, o EBITDA Ajustado Proforma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluindo, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladora da Emissora elaborados a partir de balanços contábeis das empresas adquiridas;

Em relação aos *covenants* mencionados acima, foram identificados descumprimentos no contrato do IFC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todavia, não houve declaração de vencimento antecipado de empréstimos, financiamentos ou debêntures uma vez que foi obtida carta *waiver* junto ao banco.

- I) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Garantias	Consolidado		Data de início	Data de término
		Taxa média de juros (anual)	Indexador		
Debêntures 1ª emissão	Fiança da Brasil Educação.	1,00%	CDI	29/05/2018	15/04/2027
Debêntures 2ª emissão	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, Unimonte, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Catalana e Cesuc.	1,35%	CDI	11/11/2019	11/11/2024
Debêntures 3ª emissão - série 1	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Educação, Instituto Politécnico, Catalana, Cesuc, SOBEPE e VC Network.	3,75%	CDI	12/04/2021	12/04/2023
Debêntures 3ª emissão - série 2	Fiança da Brasil Educação, HSM Brasil, IEDUC, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Educação, Instituto Politécnico, Catalana, Cesuc, SOBEPE e VC Network.	4,75%	CDI	12/04/2021	12/04/2027
Debêntures 1ª emissão- Inspirali Brasil	Fiança da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos a medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali Brasil.	2,60%	CDI	31/03/2022	30/03/2027
Capital de giro moeda nacional	Avalistas	10,69%	-	23/08/2019	23/01/2023
Capital de giro moeda nacional	Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/aplicação financeira.	6,80%	CDI	23/08/2019	23/10/2023
Capital de giro moeda nacional- Itaú	-	2,84%	CDI	28/03/2019	30/06/2022
Capital de giro moeda nacional- Banco do Brasil	Avalistas; cessão de direitos creditórios.	3,12%	CDI	25/06/2021	25/05/2025
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT); aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data da contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024

IFC - Moeda estrangeira	Garantidores Subsidiários: Brasil Educação, IEDUC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM Brasil, PGP Educação, Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Instituto Politécnico, Anima, Sobepe, Ages Educação, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba - saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2,00%	Libor (i)	10/07/2020	15/03/2028
Outros empréstimos	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária.	7% a 17,32%	-	02/03/2016	15/01/2026
Debêntures 4ª emissão - Série 1	-	1,65%	CDI	01/01/2023	15/12/2027
Debêntures 4ª emissão - Série 2	-	8,05%	IPCA	01/01/2023	17/12/2029

- (i) A administração está em negociação com as instituições financeiras para substituição da taxa de juros de referência de LIBOR para a taxa de juros de referência dos EUA (SOFR), acrescidas de *spread*, bem como, para formalização dessa substituição nos respectivos contratos vigentes, com possíveis impactos no gerenciamento de risco de mercado especificamente relacionado com risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, que somente será sensibilizado quando da conclusão da referida substituição contratual. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

- II) Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2022	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2024	123.165	338.774	687.254	1.115.923
2025	61.429	204.024	712.748	1.005.113
2026	59.658	320.049	667.367	864.163
Após 2026	875.307	1.166.861	1.157.346	1.468.653
Total	1.119.559	2.029.708	3.224.715	4.453.852

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2021	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2023	1.115.241	1.300.314	1.116.376	1.301.589
2024	584.783	914.914	672.037	1.023.352
2025	472.550	718.775	559.792	817.094
Após 2025	748.763	987.319	792.394	1.032.517
Total	2.921.337	3.921.322	3.140.599	4.174.552

III) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

	Controladora								
	31/12/2021	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª emissão	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª emissão	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	-	-	203.024
Debêntures 3ª emissão - Série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	-	-	513.008
Debêntures 3ª emissão - Série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	-	-	62.327
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
Debêntures 4ª emissão - Séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	7.914	-	(1.933)	(482)	476	-	-	-	5.975
Moeda estrangeira									
IFC	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
	<u>3.135.092</u>	<u>771.480</u>	<u>(2.184.686)</u>	<u>(198.935)</u>	<u>218.800</u>	<u>115.835</u>	<u>5.049</u>	<u>(15.881)</u>	<u>1.846.754</u>

	Controladora								
	31/12/2020	Adições	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2021
Moeda nacional									
Debêntures 1ª emissão	115.135	-	(47.377)	(3.172)	4.786	196	-	-	69.568
Debêntures 2ª emissão	349.841	-	(66.973)	-	19.322	451	-	-	302.641
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	474.294	-	(16.336)	28.288	8.569	-	-	494.815
Debêntures 3ª emissão – série 2	-	1.897.178	-	(73.063)	125.008	11.425	-	-	1.960.548
IFC	89.424	-	(28.389)	(1.464)	5.320	-	-	-	64.891
Outros empréstimos	9.851	-	(1.931)	(615)	609	-	-	-	7.914
Moeda estrangeira									
IFC	79.409	155.699	-	(3.419)	4.378	336	(7.689)	6.001	234.715
	<u>643.660</u>	<u>2.527.171</u>	<u>(144.670)</u>	<u>(98.069)</u>	<u>187.711</u>	<u>20.977</u>	<u>(7.689)</u>	<u>6.001</u>	<u>3.135.092</u>

	Consolidado								
	31/12/2021	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2022
Moeda nacional									
Debêntures 1ª emissão	69.568	-	(46.153)	(6.302)	5.979	212	-	-	23.304
Debêntures 2ª emissão	302.641	-	(99.999)	(34.733)	34.664	451	- -	-	203.024
Debêntures 3ª emissão - Série 1	494.815	-	(54.535)	(19.591)	79.466	12.853	- -	-	513.008
Debêntures 3ª emissão - Série 2	1.960.548	-	(1.956.781)	(124.992)	82.136	101.416	- -	-	62.327
Debêntures 1ª emissão - Inspirali Brasil	-	1.960.420	-	(153.942)	230.980	5.933	-	-	2.043.391
IFC	64.891	-	(25.285)	(6.766)	6.770	-	-	-	39.610
CEF	2.404	-	(1.591)	(40)	319	-	-	-	1.092
Banco do Brasil	262.283	-	(43.690)	(37.233)	37.305	140	-	-	218.805
Itaú	100.042	-	(100.000)	(14.675)	14.633	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão - Séries 1 e 2	-	771.480	-	-	885	-	608	-	772.973
Outros empréstimos	9.141	-	(3.038)	(556)	547	-	-	-	6.094
Moeda estrangeira									
IFC	234.715	-	-	(6.069)	8.424	903	4.441	(15.881)	226.533
	3.501.048	2.731.900	(2.331.072)	(404.899)	502.108	121.908	5.049	(15.881)	4.110.161

	Consolidado									
	31/12/2020	Combinação de negócio	Adição	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos s/ empréstimos	Ajuste MTM	Variação cambial	31/12/2021
Moeda nacional		-	-							
Debêntures 1ª emissão	115.135	-	-	(47.377)	(3.172)	4.786	196	-	-	69.568
Debêntures 2ª emissão	349.841	-	-	(66.973)	-	19.322	451	-	-	302.641
Debêntures 3ª emissão – série 1	-	-	474.294	-	(16.336)	28.288	8.569	-	-	494.815
Debêntures 3ª emissão – série 2	-	-	1.897.178	-	(73.063)	125.008	11.425	-	-	1.960.548
IFC	89.424	-	-	(28.389)	(1.464)	5.320	-	-	-	64.891
CEF	3.709	-	-	(1.548)	(82)	325	-	-	-	2.404
Banco do Brasil	-	256.225	262.142	(261.000)	(13.454)	13.787	4.583	-	-	262.283
Itaú	-	100.749	-	-	(5.813)	5.106	-	-	-	100.042
Outros empréstimos	13.259	67.808	-	(71.588)	(1.780)	1.442	-	-	-	9.141
Moeda estrangeira										
IFC - Moeda Estrangeira	79.409	-	155.699	-	(3.419)	4.378	336	(7.689)	6.001	234.715
	650.777	424.782	2.789.313	(476.875)	(118.583)	207.762	25.560	(7.689)	6.001	3.501.048

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	5.931	5.109	42.302	43.408
Férias a pagar	12.458	10.209	88.775	78.047
INSS	3.005	2.437	26.366	29.800
FGTS	1.047	829	9.613	9.510
Outros	351	17.125	1.280	48.321
Total	22.792	35.709	168.336	209.086

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF (a)	4.204	3.066	24.986	20.645
ISS	405	38	15.041	15.041
PIS e COFINS	745	797	4.872	3.312
IRPJ / CSLL	-	-	1.723	16.080
Outros	300	235	6.997	1.874
Total	5.654	4.136	53.619	56.952

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

19 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de alunos (a)	83.116	55.455
Prediu (b)	9.624	12.178
Faturamento antecipado de clientes (c)	28.493	28.278
Projetos de pesquisa	727	598
Outros	-	4
Total	121.960	96.513
Passivo Circulante	108.992	80.704
Passivo Não Circulante	12.968	15.809

- (a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravalier, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravalier S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravalier S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravalier. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravalier faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.
- (b) Referem-se a bolsas do programa Prediu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages e Ages Educação, de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à Prefeitura de Paripiranga.
- (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
PROIES (a)	34.954	34.518
RFB (b)	10.503	14.106
RFB PERT LEI 13.496 (b)	10.420	10.555
Outros parcelamentos (c)	11.879	16.041
Total	<u>67.756</u>	<u>75.220</u>
Passivo circulante	13.700	13.185
Passivo não circulante	54.056	62.035

- (a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul relativo à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.
- (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.
- (c) Outros: (i) Municipais: Refere-se a parcelamentos de ISS da adquirida UniFG junto à Prefeitura de Guanambi, relativos a imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 a 2020; (ii) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS das controladas Unimonte e IEDUC junto à Caixa Econômica Federal. A partir de julho de 2015 a Unimonte recolheu os valores remanescentes, por meio de depósito judicial, uma vez que a controlada está aguardando a Caixa Econômica Federal passar a lista dos colaboradores que ainda possuem valores a depositar de FGTS.

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

	Cronograma de pagamentos	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	2.446
2024	12.482	12.194
2025	8.012	11.065
2026	6.399	7.156
Após 2026	27.163	29.174
Total	<u>54.056</u>	<u>62.035</u>

		Controladora		Consolidado	
	Índice de Correção	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Earn outs					
Aquisição Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	-	2.785
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	-	403
Aquisição da Medroom	INPC	-	-	6.563	6.511
Aquisição da Ages e Ages Educação	-	-	-	9.891	9.731
Aquisição da ACAD	INPC	-	-	635	1.160
Aquisição da UniFG	INPC	-	-	24.340	36.489
Aquisição do Grupo Laureate	-	-	-	19.500	19.500
Aquisição do IBCMED	-	-	-	38.652	40.493
Aquisição MedPós	INPC	-	-	2.250	-
		-	-	101.831	117.072
Parcelamentos					
Aquisição da Faceb	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	14.142	16.181
Aquisição da Cesuc e Catalana	Média INPC, IGPM e IPCA	-	-	5.851	10.871
Aquisição do Medroom	INPC	-	-	2.065	2.304
Aquisição do Politécnico	TR	-	-	-	5.271
Aquisição Manutença da Jangada	Média IGPM e IPCA	-	-	-	1.238
Aquisição Manutença da Faced	IPCA	-	-	732	1.355
Aquisição Faseh Inovattus	INPC	-	-	1.140	28.971
Aquisição Sociesc	INPC	-	-	34.556	35.276
Bolsas Proies a conceder (a)	Selic	-	-	80.458	58.292
Aquisição da Milton Campos	INPC	-	-	11.133	20.370
Aquisição da GAMA	-	11.814	15.618	11.814	15.618
Aquisição MedPós	INPC	-	-	350	-
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (b)	CDI +2% a.a	-	-	632	563
Aquisição da Fapa (Investida UniRitter) (b)	-	-	-	1.421	1.358
Passivo de resgate de opção IBCMED (c)	-	-	-	88.720	-
		11.814	15.618	253.014	197.668
Total		11.814	15.618	354.845	314.740
Passivo circulante		2.189	7.428	120.925	115.408
Passivo não circulante		9.625	8.190	233.920	199.332

(a) O PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido – o valor devido está reconhecido na linha de “Parcelamentos de impostos e contribuições”, parte do passivo. O saldo apresentado como parte dos “Títulos e obrigações em aquisições” se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa assumidos pela controlada Sociesc para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento Proies. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

(b) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pelo Grupo Laureate.

(c) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra serão mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como “títulos e

obrigações em aquisições” em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme determina o CPC 36 (R3) / IFRS 10.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação dos títulos e obrigações em aquisições e com o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	314.740	235.677
Combinação de negócios	2.600	45.287
Adições	83.907 (i)	166.590
Ajuste a valor presente	14.601	17.284
Correção monetária	8.591	29.504
Pagamentos	(91.045)	(120.200)
Atualização a valor justo de <i>Earn out</i>	(1.032)	(62.146)
Bolsas concedidas - Proies	(22.439)	(20.961)
Valor justo - Proies	16.851	15.895
Juros Proies	28.071	7.810
Saldo Final	354.845	314.740

(i) Refere-se substancialmente ao passivo de resgate das ações do IBCMED.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	3.957	-	48.080
2024	9.625	-	82.853	42.776
2025	-	4.233	47.074	20.456
2026	-	-	45.889	44.274
Após 2026	-	-	58.104	43.746
	9.625	8.190	233.920	199.332

22 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

22.1 Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para riscos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas	49	144	195.746	225.207
Provisões tributárias	189	-	375.241	375.537
Provisões cíveis	-	-	151.015	179.459
	238	144	722.002	780.203
(-) Depósitos judiciais	(93)	(74)	(143.801)	(141.873)
	145	70	578.201	638.330
(-) Ativos de indenização (i)	-	-	(135.547)	(129.972)
Total	145	70	442.654	508.358

(i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor (nota explicativa 11).

22.2 Movimentação

A movimentação das provisões da controladora foi como segue:

	31/12/2021	Adição/Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Trabalhista (a)	144	(66)	(29)	49
Tributária (b)	-	189	-	189
Cíveis (c)	-	7	(7)	-
Total	144	130	(36)	238

	31/12/2020	Adição/Reversão	Pagamentos	Atualização	31/12/2021
Trabalhista (a)	303	(144)	(18)	3	144
Tributária (b)	-	1	(1)	-	-
Total	303	(143)	(19)	3	144

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2021	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	Provisões vendedores	31/12/2022
Trabalhistas (a)	225.207	(6.102)	10.412	(26.150)	4.411	1.037	(11.032)	(2.037)	195.746
Tributárias (b)	375.537	(6.763)	-	-	3.812	(1.021)	(28)	3.704	375.241
Cíveis (c)	179.459	(4.686)	-	(22.504)	2.613	(16)	(7.944)	4.093	151.015
Total	780.203	(17.551)	10.412	(48.654)	10.836	-	(19.004)	5.760	722.002

	31/12/2020	Combinação de Negócio (e)	Adições/ Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	Provisões vendedores	31/12/2021
Trabalhistas (a)	52.891	181.762	(6.205)	15.478	(10.994)	883	-	(7.815)	(793)	225.207
Tributárias (b)	49.131	339.622	(15.670)	-	(341)	2.795	-	-	-	375.537
Cíveis (c)	12.978	174.718	(5.541)	-	(8.199)	10.237	(15)	(4.757)	38	179.459
Total	115.000	696.102	(27.416)	15.478	(19.534)	13.915	(15)	(12.572)	(755)	780.203

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamações, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.
- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no exercício estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em dezembro de 2022 e dezembro de 2021.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a

PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 84.459, em dezembro de 2022 e dezembro 2021.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$26.543 em dezembro de 2022 (R\$ 32.317 em dezembro de 2021).

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão total para essa causa é de R\$ 80.181 (R\$ 75.425 em 31 de dezembro de 2021). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".
- (e) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da manutenção da Unisul, Grupo Laureate e Milton Campos em 2021.

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	72.666	61.944
Tributários (i)	361.423	320.968
Cíveis (ii)	100.260	147.071
Total	<u>534.349</u>	<u>529.983</u>

- (i) Causas de cunho tributário que se referem, principalmente, a: processos de responsabilidade da UNA e Unimonte que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 189.251; débitos tributários relativos ao recolhimento a menor do ISS, no período de outubro de 2013 a junho de 2017, diante da alegação de

que a Ritter descumpriu alguns requisitos do programa UNIPOA, relativos à disponibilização ao Município de Porto Alegre, de bolsas de estudo, totalizando aproximadamente de R\$ 51.007 e cobrança de ISS da UNP totalizando aproximadamente R\$ 34.389.

- (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM vinculado à SOCIESC.

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perda possível estimada. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

22.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	87	68	58.177	56.657
Tributários	-	-	50.786	47.106
Cíveis	6	6	34.838	38.110
Total	93	74	143.801	141.873

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2021	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/ reversão	Reclassificação	31/12/2022
Trabalhistas	56.657	19.347	(7.243)	(11.042)	480	(22)	58.177
Tributários	47.106	906	(128)	(28)	2.930	-	50.786
Cíveis	38.110	14.353	(10.673)	(7.944)	970	22	34.838
Total	141.873	34.606	(18.044)	(19.014)	4.380	-	143.801

	31/12/2020	Combinação de negócio	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização /reversão	Reclassificação	31/12/2021
Trabalhistas	28.227	26.059	13.936	(4.211)	(7.822)	329	139	56.657
Tributários	21.413	24.272	511	(5)	-	915	-	47.106
Cíveis	13.719	25.845	4.941	(1.705)	(4.757)	206	(139)	38.110
Total	63.359	76.176	19.388	(5.921)	(12.579)	1.450	-	141.873

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é composto por 403.868.805 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$2.569.625, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2022	31/12/2021
Total de ações em circulação	377.611.550	393.461.745
Ações em tesouraria	26.257.255	10.407.060
Total geral de ações	<u>403.868.805</u>	<u>403.868.805</u>

b) Gastos com emissão de ações

Os custos de transação da emissão de ações são contabilizados em conta redutora do capital social, conforme determina o CPC 08 (R1). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo acumulado desta rubrica é de R\$ 117.965 (R\$ 117.958 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de capital é de R\$ 39.079 (R\$ 33.421 em 31 de dezembro de 2021). Em 2022, a movimentação refere-se à remuneração baseada em ações, conforme mencionado na nota explicativa 29.2.

d) Ações em tesouraria

Conforme fato relevante divulgado em 2 de dezembro de 2021 a Companhia aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações ("Programa de Recompra"), autorizando a Diretoria a adquirir ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, com destinação aos Planos de Incentivo aprovados e a quaisquer outros planos que possam ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou seu cancelamento, sem redução do capital social. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 23.487.006 ações ordinárias, que representam 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria. Com esse programa foi recomprado um total de 17.930.800 ações no ano de 2022, ao valor unitário de R\$ 6,73 cada, totalizando R\$ 120.598 (4.500.500 ações ao valor de R\$ 8,09 cada, em 31 de dezembro de 2021, totalizando R\$ 40.043).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de ações em tesouraria é de 26.257.255 ações ordinárias no montante de R\$ 184.271 (10.407.060 ações ordinárias no montante de R\$ 71.152, em 31 de dezembro de 2021).

e) Ajuste de avaliação patrimonial*Ágio em transação de capital*

Em dezembro de 2012, a Companhia adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos respectivos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A perda resultante da diferença entre o valor pago e o valor patrimonial das ações da operação foi reconhecida no patrimônio líquido.

Valor justo de passivo de resgate de ações

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido.

f) Lucros (prejuízos) acumulados

Em 31 de março de 2022, o Fundo Genoma VIII adquiriu 25,0% de capital social total e votante da Inspirali Brasil pelo preço de R\$ 1.000.000. O valor correspondente a 25% de seu capital social votante, na data do investimento, é de R\$ 341.518. O ganho resultante da diferença entre o valor recebido e o valor patrimonial das ações da operação descrita acima foi reconhecido no patrimônio líquido, no valor total de R\$ 658.482 em 31 de março de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o ganho supracitado foi destinado para reserva de lucros, absorção de prejuízos e distribuição de dividendos.

g) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros totalizavam R\$ 592.896, sendo compostas pela reserva legal, com saldo de R\$ 18.791, e retenções de lucros, com saldo acumulado de R\$ 574.048. O valor de R\$ 658.482, advindo do ganho da mudança de participação da Inspirali Brasil, compõe o saldo de retenção de lucros. Vide abertura dos saldos abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal e lucros de exercícios anteriores	36.742	124.407
Ganho na mudança de participação em controlada	658.482	-
Dividendos prescritos	12	-
Absorção de prejuízos do exercício	(102.250)	(87.665)
	<u>592.986</u>	<u>36.742</u>

h) Lucro (prejuízo) por ação

Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias.

(i) Lucro (prejuízo) básico por ação:

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(102.250)	(87.665)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	380.221	362.266
Prejuízo básico por ação ordinária - R\$	<u>(0,27)</u>	<u>(0,24)</u>

(ii) Lucro (prejuízo) diluído por ação

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem um instrumento com efeito diluidor, referente a contrato de bonificação de 1.469 mil ações, atreladas ao atingimento de metas conforme descrito na nota explicativa 29.2.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas controladores	(102.250)	(87.665)
Quantidade média ponderada de ações	380.221	362.266
Média ponderada do número de ações (em milhares) - diluído	241	1.337
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	380.462	363.603
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	(0,27)	(0,24)

24 PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	31.249	20.958
Participação de acionistas não controladores da Inspirali Brasil (i)	341.518	-
Participação de acionistas não controladores do IBCMED (ii)	4.699	1.654
Participação de acionistas não controladores da Faseh (ii)	-	488
Participação de acionistas não controladores da UniFG (ii)	-	1.812
Participação de acionistas não controladores na opção de compra IBCMED (iii)	(22.180)	-
Remuneração baseada em ações	824	-
Dividendos distribuídos aos não controladores	(1.484)	-
Dividendos mínimos UniFG e IBCMED	(1.426)	-
Dividendos mínimos Inspirali	(28.783)	-
Resultado do exercício atribuível à participação de acionistas não controladores	113.704	6.337
Saldo final	438.121	31.249

(i) Valor referente à participação do Fundo Genoma VIII na Inspirali Brasil.

(ii) Valor referente à alocação final do valor justo em combinação de negócios.

(iii) Participação de acionistas não controladores da Inspirali Brasil referente ao valor estimado a ser pago para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" (para maiores detalhes, vide Nota 21).

25 RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de produtos e serviços	8.308	3.245	6.797.568	4.908.497
Receita FIES	-	-	268.220	236.218
Descontos em mensalidades	-	-	(3.275.153)	(2.307.072)
Impostos sobre faturamento	(439)	(183)	(147.913)	(109.789)
Comissões (a)	-	-	(92.274)	(46.398)
Ajuste a valor presente	-	-	12.783	(30.651)
Receita líquida	7.869	3.062	3.563.231	2.650.805
Reconhecimento de receita				
Reconhecida ao longo do tempo	-	-	3.495.950	2.594.961
Reconhecida no momento da prestação	7.869	3.062	67.281	55.844
	7.869	3.062	3.563.231	2.650.805

- (a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Bolsas e descontos concedidos	(2.391.996)	(1.626.033)
Gratuidade PROUNI	(576.294)	(427.405)
Convênios com empresas	(71.280)	(42.009)
Devoluções, abatimentos e outros	(235.583)	(211.625)
Total	<u>(3.275.153)</u>	<u>(2.307.072)</u>

26 RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com pessoal	(10.262)	(39.056)	(1.451.553)	(1.197.215)
Gastos com aluguel e ocupação (a)	(972)	(13)	(98.043)	(42.957)
Gastos com serviços de terceiros	(12.461)	(44.866)	(355.386)	(317.192)
Propaganda e publicidade	151	(3.605)	(233.121)	(167.486)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(194.496)	(141.849)
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 13)	(1.563)	(1.593)	(116.020)	(101.821)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 15)	(39.102)	(23.786)	(247.104)	(164.734)
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 14)	-	-	(209.884)	(156.356)
Manutenção	(29)	(203)	(74.356)	(68.736)
Deslocamentos	(546)	(352)	(29.531)	(11.680)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 22)	(130)	140	(6.715)	13.501
Venda colégio	-	27.115	-	27.115
Impostos e taxas	(2.630)	(6.130)	(17.054)	(28.142)
Outras receitas (despesas) líquidas (b)	29.451	15.972	(137.525)	(11.564)
Total	<u>(38.093)</u>	<u>(76.377)</u>	<u>(3.170.788)</u>	<u>(2.369.116)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(65.596)	(89.108)	(1.508.841)	(1.249.944)
Despesas comerciais	(19)	(3.605)	(233.121)	(167.485)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(194.496)	(141.849)
Despesas gerais e administrativas	(1.531)	(567)	(1.202.514)	(864.273)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	29.053	16.903	(31.816)	54.435
Total	<u>(38.093)</u>	<u>(76.377)</u>	<u>(3.170.788)</u>	<u>(2.369.116)</u>

- (a) Referem-se, principalmente, às despesas com aluguéis com os contratos que não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14.
- (b) As principais variações estão relacionadas às vendas dos colégios e à baixa do *earn-out* referente à Faseh, reconhecidas no resultado como outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	01/01/2022 a 31/12/2022				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Consolidado Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	1.084.821	2.291.142	187.268	-	3.563.231
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(315.005)	(1.132.053)	(61.783)	-	(1.508.841)
LUCRO BRUTO	769.816	1.159.089	125.485	-	2.054.390
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(13.773)	(204.693)	(14.655)	-	(233.121)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(17.780)	(156.176)	(20.540)	-	(194.496)
Gerais e administrativas	(239.503)	(900.875)	(39.827)	(22.309)	(1.202.514)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(14.342)	-	(14.342)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.004)	(8.479)	1.346	(7.679)	(31.816)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	481.756	(111.134)	37.467	(29.988)	378.101
Receitas financeiras	76.016	58.339	638	29.972	164.965
Despesas financeiras	(361.565)	(257.216)	(5.606)	(334.630)	(959.017)
Resultado financeiro, líquido	(285.549)	(198.877)	(4.968)	(304.658)	(794.052)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	196.207	(310.011)	32.499	(334.646)	(415.951)
IR/CS corrente	(3.973)	(2.412)	-	-	(6.385)
IR/CS diferido	222.520	209.670	1.600	-	433.790
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	414.754	(102.753)	34.099	(334.646)	11.454

	01/01/2021 a 31/12/2021				
	Inspirali Educação Médica	Ânima Core	Consolidado Lifelong Learning	Corporativo	Total
RECEITA LÍQUIDA	679.116	1.823.106	148.583	-	2.650.805
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(186.881)	(999.694)	(63.369)	-	(1.249.944)
LUCRO BRUTO	492.235	823.412	85.214	-	1.400.861
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	(7.420)	(143.652)	(16.413)	-	(167.485)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(8.362)	(107.897)	(25.590)	-	(141.849)
Gerais e administrativas	(90.924)	(718.641)	(41.355)	(13.353)	(864.273)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(545)	-	(545)
Outras (despesas) receitas operacionais	(8.841)	67.496	1.231	(5.451)	54.435
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	376.688	(79.282)	2.542	(18.804)	281.144
Receitas financeiras	10.751	39.888	2.758	22.654	76.051
Despesas financeiras	(150.161)	(173.028)	(11.768)	(154.698)	(489.655)
Resultado financeiro, líquido	(139.410)	(133.140)	(9.010)	(132.044)	(413.604)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	237.278	(212.422)	(6.468)	(150.848)	(132.460)
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	28.094	18.090	4.948	-	51.132
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	265.372	(194.332)	(1.520)	(150.848)	(81.328)

A parcela não alocada refere-se, majoritariamente, às atividades administrativas do grupo realizadas pela Companhia. Com a evolução do monitoramento dos resultados dos nossos segmentos, parte relevante dos gastos corporativos passaram a ser alocados nos segmentos de negócio durante 2022, sendo tal alocação refletida comparativamente para 2021. Em relação ao resultado financeiro, importante destacar que o custo e os juros das debêntures contratadas pela controlada Inspirali Brasil (vide nota explicativa nº 16) estão alocados diretamente no segmento Inspirali Educação Médica.

28 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	10.927	24.144	121.956	42.208
Receita com juros de mensalidades	-	-	18.509	17.396
Correção monetária (a)	9	3	4.768	2.862
Desconto obtido com arrendamento (nota explicativa nº14)	-	-	4.543	8.825
Desconto obtido	259	386	1.311	946
Impostos e outras receitas	3.778	186	13.878	3.814
Total	<u>14.973</u>	<u>24.719</u>	<u>164.965</u>	<u>76.051</u>
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa financeira de arrendamento (nota explicativa nº 14)	-	-	(182.766)	(150.689)
Despesa de juros com empréstimos	(237.904)	(187.711)	(527.285)	(207.762)
Baixa de custo de captação e taxa por antecipação de pagamento da debênture (b)	(96.731)	(20.977)	(96.731)	(25.560)
Juros de financiamento Pravalier	-	-	(32.458)	(27.530)
Juros Proies	-	-	(28.071)	(7.810)
Variação cambial passiva/ativa de empréstimos	15.881	(6.001)	15.881	(6.001)
Despesa/Receita com derivativos	(17.250)	1.106	(17.250)	1.106
Perda com derivativo realizado	(30.271)	(5.069)	(30.271)	(5.069)
Despesa bancária	(403)	(428)	(1.551)	(1.422)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(1.240)	(762)	(23.192)	(46.788)
Outras despesas	(10.357)	(613)	(35.323)	(12.130)
Total	<u>(378.275)</u>	<u>(220.455)</u>	<u>(959.017)</u>	<u>(489.655)</u>
Resultado financeiro	<u>(363.302)</u>	<u>(195.736)</u>	<u>(794.052)</u>	<u>(413.604)</u>

(a) Refere-se, principalmente, à atualização de depósitos judiciais.

(b) A Baixa de custo de captação e taxa por antecipação de pagamento da debênture estão alocados no segmento corporativo.

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora												
	31/12/2022						31/12/2021						
	Ativo		Dividendos a receber	Passivo		Resultado	Ativo			Dividendos a receber	Passivo		Resultado
	Contas a receber (a)	Mútuos		Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber (a)	Mútuos	Outros		Fornece- dores	Mútuos	Receitas
Brasil	22.224	-	-	2.242	-	-	65.531	-	-	-	703	-	-
UniRitter (b)	12.624	-	-	16.847	202.833	-	-	-	-	-	5.405	171.386	-
IEDUC	6.462	-	-	281	-	-	10.290	-	-	-	622	-	-
Unimonte	1.669	-	-	8	11.219	-	2.978	-	-	-	33	-	-
Sociesc	7.249	-	-	8.573	-	-	19.926	-	-	-	849	-	-
Instituto Ânima (d)	-	10.836	-	-	-	663	-	11.859	-	-	20	-	1.320
Faceb	1.874	-	-	-	18.861	-	5.268	-	-	-	55	-	-
Sobepe	-	-	17.407	-	-	-	-	-	-	17.407	-	-	-
Catalana	255	-	-	-	19.918	-	-	-	-	-	-	-	-
Ages Educação	2.205	-	-	666	-	-	7.811	-	-	-	269	-	-
ISCP	21.661	-	-	10.446	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unifacs	38.077	-	-	3.686	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Socec	6.228	-	-	1.840	3.164	-	-	-	-	-	-	-	-
IBMR	13.645	-	-	4.468	4.803	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspirali Brasil	135	-	86.349	1.040	-	-	35	-	168.249	-	45	-	-
Bahema (c)	-	-	-	-	-	-	12.000	-	-	-	-	-	-
ASPEC	6.829	-	-	1.250	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VC Network	-	40.476	181	-	-	-	-	-	-	18.581	-	-	-
Rede Educacional	15.523	9.200	-	5.195	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gama Academy	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	22.583	7.294	-	3.602	10.995	-	13.325	147	-	-	419	7	-
Total	179.243	85.806	103.937	60.144	271.793	663	137.164	12.006	168.249	35.988	8.420	171.393	1.320

	Consolidado									
	31/12/2022					31/12/2021				
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado
	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas
Santa Antonieta Gestão Patrimonial	-	12	-	73	-	-	-	-	82	-
Instituto Ânima (d)	-	10.896	-	-	663	-	12.460	699	-	1.320
Bahema (c)	-	-	-	-	-	12.000	-	-	-	-
Gama Academy	-	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola.I.StaCatarina	335	-	167	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	7.281	-	75	-	-	-	-	3	-
Total	335	36.189	167	148	663	12.000	12.460	699	85	1.320

- (a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.
- (b) Refere-se ao recebimento do contrato de *sale & leaseback* com o fundo Vinci Imóveis Urbanos Fundo de Investimento Imobiliário – FII. O objeto do Contrato são dois imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, onde estão localizados os campi da UniRitter. Nos termos do Contrato, o Fundo adquiriu, através de uma transação de *sale & leaseback*, a totalidade dos dois imóveis, pelo valor de R\$171.386, sendo tal valor pago em 2021. O valor foi recebido pela Controladora que realizará o repasse a UniRitter.
- (c) Em 29 de outubro de 2021 a companhia fechou a transação de alienação para a Bahema Educação S.A. (“Bahema”), das Escolas Internacionais de Florianópolis e de Blumenau (“EIs”) e do Colégio Tupy (“COT”) em Joinville, aprovados pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que representam as entidades Escola PGP e Colégio. O valor da transação é de R\$ 30.000 pagos em duas parcelas, ambas já liquidadas. As duas companhias, Ânima e Bahema, possuem administradores em comum em seus quadros, além de acionistas controladores da Ânima Educação possuem investimento na Bahema, o que poderá no futuro ser convertido em controle comum, ficando assim configurada uma transação entre partes relacionadas.
- (d) Refere-se, principalmente, a empréstimos concedidos para fomentar projetos que visam desenvolvimento de novas técnicas e modelos de ensino. O valor deverá ser pago em 84 parcelas, após o período de carência de 38 meses conforme aditivo contratual datado de outubro de 2019, ou seja, os pagamentos estão previstos para iniciarem em janeiro de 2023. O Instituto Ânima poderá amortizar a qualquer momento o saldo devedor.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	9.381	6.260	13.545	12.283

29.2 Remuneração baseada em ações

Em 26 de agosto de 2019, a Companhia assinou, juntamente com o principal executivo da Sociesc, Instrumento de Transação, Distrato e Outras Avenças, onde foi consensual a apuração de suas metas para a bonificação em ações, a qual o executivo fará jus a 1.469 (490 mil antes do desmembramento das ações) mil ações da Companhia (ANIM3). O valor justo das ações outorgadas foi determinado através do preço médio das ações no mês de janeiro de 2016, período em que foram compradas as ações para pagamento da bonificação, e que estão mantidas, em tesouraria, ao preço médio de R\$ 3,42 reais (R\$ 10,27 reais antes do desmembramento das ações). As ações foram transferidas em 3 de março de 2022.

Durante o exercício de 2022, a Companhia autorizou a entrega de prêmio em bens (ações) ao um grupo de educadores, em uma quantidade total de 1.397 mil ações da Companhia (ANIM3). O valor justo das ações entregues aos colaboradores foi calculado com base no preço médio das ações do período, resultado um custo para a Companhia no montante de R\$ 14.392. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreu a transferência de 566 mil ações ao valor de R\$ 7.479. O restante das ações foi entregue no início de 2023.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.317.029	2.106.291	2.330.754	5.754.075
Fornecedores	209.813	-	-	209.813
Títulos e obrigações em aquisição	116.762	139.158	119.157	375.077
Arrendamentos a pagar	310.671	626.653	1.731.638	2.668.962
Derivativos	2.623	6.997	11.369	20.989
Em 31 de dezembro de 2021:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	602.974	1.526.418	2.639.542	4.768.504
Fornecedores	185.508	-	-	185.508
Títulos e obrigações em aquisição	134.994	104.983	132.774	372.751
Arrendamentos a pagar	328.798	493.228	1.731.101	2.553.127
Derivativos	1.228	2.806	5.786	9.820

(b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, principalmente: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no exercício e o contexto macroeconômico do País, o qual afeta a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	201.240	121	422.431	169.248
Aplicações financeiras	6	280.517	140.214	1.054.199	346.053
Contas a receber / Contas a receber partes relacionadas	7 / 29	179.243	137.164	849.414	671.947
Adiantamentos diversos	8	4.308	5.656	55.260	44.202
Créditos com partes relacionadas	29	85.806	180.255	36.189	12.460
Total		<u>751.114</u>	<u>463.410</u>	<u>2.417.493</u>	<u>1.243.910</u>

(c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

(i) Risco de câmbio - A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e resultado, com o propósito de atender às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Companhia previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

A Companhia realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um *SWAP* para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo.

As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora e consolidado							
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor	Cotação contratada	Ajuste valor justo	Taxa contratada	Taxa SWAP
10/07/2020	15/03/2028	15.000	78.266	5,3760	4.563	Libor +2% a.a.	CDI+1,95% a.a.
09/04/2021	15/03/2028	29.000	151.313	5,5752	17.360	Libor +2% a.a.	CDI+2,50% a.a.
Total		<u>44.000</u>	<u>229.579</u>		<u>21.923</u>		
Ativo Circulante					2.740		
Ativo Não Circulante					19.183		

(ii) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a alguns indexadores (nota explicativa 16). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. Para a segunda série da 4ª emissão de debêntures a Companhia contratou um *SWAP* para garantir a taxa de juros fixada em CDI + 2,08% a.a., se protegendo assim de variações na inflação (a curva ativa do *SWAP* é IPCA + 8,0481% a.a.)

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 16.

30.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.846.754	3.135.092	4.110.161	3.501.048
Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.506.698	1.556.878
Derivativos	30.1	20.989	8.787	20.989	8.787
Caixa e equivalentes de caixa	6	(201.240)	(121)	(422.431)	(169.248)
Aplicações financeiras	6	(280.517)	(140.214)	(1.054.199)	(346.053)
Dívida líquida		<u>1.385.986</u>	<u>3.003.544</u>	<u>4.161.218</u>	<u>4.551.412</u>
Patrimônio líquido	23	2.763.347	2.381.112	3.201.468	2.412.361
Dívida total		4.149.333	5.384.656	7.362.686	6.963.773
Índice de alavancagem financeira		<u>33%</u>	<u>56%</u>	<u>57%</u>	<u>65%</u>

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2022, foi de 14,11% (10,01%, em 31 de dezembro de 2021).

Os valores justos estimados são como seguem:

		Controladora			
		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.889.247	1.846.754	3.185.727	3.135.092
Derivativos	30.1	20.989	20.989	8.787	8.787
Total		1.910.236	1.867.743	3.194.514	3.143.879
		Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
<u>Passivos financeiros líquidos</u>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	4.229.639	4.110.161	3.551.487	3.501.048
Arrendamentos a pagar	14	1.506.698	1.506.698	1.556.878	1.556.878
Títulos e obrigações em aquisições	21	353.995	354.845	314.315	314.740
Derivativos	30.1	20.989	20.989	8.787	8.787
Total		6.111.321	5.992.693	5.431.467	5.381.453

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 e dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contrapartes sem classificação externa de crédito	179.243	137.164	849.414	671.947
	179.243	137.164	849.414	671.947
Caixas e Bancos				
Caixa	27	27	199	245
Bancos				
AAA (i)	1	7	12.564	2.799
AA (i)	21	85	14.513	5.878
A- (i)	3	2	2.013	2.370
	52	121	29.289	11.292
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (i)	366.306	27.037	1.005.141	240.422
AA (i)	95.389	68.028	263.783	72.275
A- (i)	20.010	45.149	178.417	191.312
	481.705	140.214	1.447.341	504.009

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 13,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 5,93%, IPCA – 5,78%, IGPM – 5,46% (divulgados pelo IBGE), TJLP – 7,20% (divulgada pela IDG) e TR – 0,17% (divulgada pelo BACEN)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Controladora					
	31/12/2022			Efeito no resultado		
	Indexador	Risco	Valor	Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(481.705)	(65.753)	(49.315)	(32.876)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	1.614.246	220.345	275.431	330.517
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	226.533	767	959	1.151
Derivativos	CDI	Alta do CDI	20.989	2.865	3.581	4.297
Exposição líquida - perda			1.380.063	158.224	230.656	303.089

Consolidado						
31/12/2022						
	Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
				Cenário 1 Provável	Cenário 2 Possível (25%)	Cenário 3 Remoto (50%)
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(1.447.341)	(197.562)	(148.172)	(98.781)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	3.877.534	529.283	661.604	793.925
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI	226.533	767	959	1.151
Derivativos	CDI	Alta do CDI	20.989	2.865	3.581	4.297
Títulos e obrigações de aquisições	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média	19.993	1.145	1.431	1.717
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	83.032	4.926	6.157	7.389
Títulos e obrigações de aquisições	IPCA	Alta do IPCA	732	42	53	64
Títulos e obrigações de aquisições	Selic	Alta da Selic	80.458	901	1.126	1.352
Exposição líquida - perda			<u>2.861.930</u>	<u>342.367</u>	<u>526.739</u>	<u>711.114</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

33.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- A Companhia aumentou capital na Inspirali Brasil com 5,96% das ações da VC Network correspondente ao montante de R\$ 255.040.
- Houve transferência de R\$ 7.479 referente a ações em tesouraria entregues no plano de opções.
- Compensamos o montante de R\$ 19.004 das contas de depósito judicial e provisões, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa.

33.2 Atividades de financiamento

A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Débito com partes relacionadas	Ações em tesouraria	Derivativos	Títulos e obrigações em aquisições
Saldo em 31/12/2021	3.135.092	171.393	(71.152)	8.787	15.618
Fluxo de Caixa					
Atividades de operacionais	(198.935)	-	-	-	-
Atividades de financiamentos	(1.413.206)	100.400	(120.598)	-	(5.000)
	(1.612.141)	100.400	(120.598)	-	(5.000)
Variações sem caixa					
Variação cambial sobre empréstimos	(15.881)	-	-	15.881	-
Derivativo marcado a mercado	5.049	-	-	(5.049)	-
Valor justo derivativos	-	-	-	31.641	-
Ganho (perda) com derivativos	-	-	-	(30.271)	-
Juros incorridos	334.635	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.240
Realização de plano de ações	-	-	7.479	-	-
Complemento Gama Academy	-	-	-	-	(44)
	323.803	-	7.479	12.202	1.196
Saldo em 31/12/2022	1.846.754	271.793	(184.271)	20.989	11.814

	Consolidado					
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos a pagar	Débito com partes relacionadas	Ações em tesouraria	Derivativos	Títulos e obrigações em aquisições
Saldo em 31/12/2021	3.501.048	1.556.878	85	(71.152)	8.787	314.740
Fluxo de Caixa						
Atividades de operacionais	(404.899)	-	-	-	-	-
Atividades de financiamentos	400.828	(354.710)	63	(120.598)	-	(91.045)
	(4.071)	(354.710)	63	(120.598)	-	(91.045)
Demais variações						
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	2.600
Variação cambial empréstimos	(15.881)	-	-	-	15.881	-
Derivativo marcado a mercado	5.049	-	-	-	(5.049)	-
Valor justo derivativos	-	-	-	-	31.641	-
Ganho (perda) com derivativos	-	-	-	-	(30.271)	-
Valor justo proies	-	-	-	-	-	16.851
Juros incorridos	624.016	182.766	-	-	-	28.071
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	23.192
Descontos obtidos	-	(4.543)	-	-	-	-
Baixa arrendamento	-	(132.756)	-	-	-	-
Realização de plano de ações	-	-	-	7.479	-	-
Adições e remensurações	-	259.063	-	-	-	-
Bolsa Proies concedida	-	-	-	-	-	(22.439)
Baixa de Earn Out	-	-	-	-	-	83.907
Opção de compra IBCMED	-	-	-	-	-	(1.032)
	613.184	304.530	-	7.479	12.202	131.150
Saldo em 31/12/2022	4.110.161	1.506.698	148	(184.271)	20.989	354.845

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aditamento ao Programa de Recompra de Ações

Em 06 de janeiro de 2023, houve a aprovação por parte do Conselho de Administração da Companhia do aditamento ao programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado em 01 de dezembro de 2021 ("Programa de Recompra"), autorizando a Diretoria da Companhia a dar seguimento na aquisição de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, destinação aos Planos de Incentivo já aprovados e a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia, ou cancelamento, sem redução do capital social, observando-se alguns termos e critérios. A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 2.064.637 ações ordinárias de emissão da Companhia, que viriam a totalizar 10% do total de ações em circulação, já consideradas as ações em tesouraria.

b) Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF decidiu, por unanimidade, que decisões definitivas com trânsito em julgado que afastem o recolhimento de tributos recolhidos de forma continuada poderão ser revogadas caso o STF, posteriormente, em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, conclua pela constitucionalidade da exigência tributária prevista em tais decisões.

A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição, observando a legislação tributária e os benefícios fiscais aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia avaliou outros tributos, provisões e passivos contingentes que possam ser impactados pela decisão do STF, não identificando efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em função da referida decisão.

Ânima Holding S/A
Companhia Aberta
CNPJ nº 09.288.252/0001-32
NIRE nº 35300350430

REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO COMITÊ DE AUDITORIA, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS (CAR) E DO CONSELHO FISCAL (CF) - 2023

DATA, HORA E LOCAL: 22 de março de 2023, às 13:30 horas, presencialmente e transmitida por videoconferência.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia foram devidamente convocados nos termos do seu Regimento Interno. Presente a totalidade dos membros: Carla Alessandra Trematore, Bruno Meirelles Salotti e Roberta Anchieta da Silva.

MESA: Carla Alessandra Trematore – Presidente.
João Batista Pacheco Antunes de Carvalho – Secretário.

ORDEM DO DIA:

- 1- Examinar e discutir acerca das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- 2- Revisão dos Resultados – Exercício 2022

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: A presente reunião foi suspensa até o dia 27 de março de 2023, para atualização sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 pelo Conselho de Administração.

DELIBERAÇÕES DO CONSELHO FISCAL:

Após reinício dos trabalhos, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram o Parecer anexo com suas conclusões acerca dos temas discutidos na ordem do dia.

Analisadas: (i) a versão final das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do resumo do trabalho apresentado pelos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em

31 de dezembro de 2022, recebidas previamente e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia; e (ii) a release dos resultados referentes ao exercício 2022, o Conselho Fiscal da Anima Holding S.A. emitiu seu parecer nos seguintes termos:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL”

“O Conselho Fiscal da **Ânima Holding S.A. (“Companhia”)**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; ii) o release de resultados do exercício 2022. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 27 de março de 2023, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.”

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, devidamente aprovada pelos Conselheiros presentes, que constituem a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 27 de março de 2023.

João Batista Pacheco Antunes de Carvalho

Secretário do Conselho Fiscal

Carla Alessandra Trematore

Presidente

Bruno Meirelles Salotti

Conselheiro

Roberta Anchieta da Silva

Conselheira